Carta do IBRE
Mercado de trabalho surpreende, mas problemas estruturais permanecem

Ponto de Vista
Como ler a economia americana?

Entrevista
Vilma da Conceição Pinto
Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI)



CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV IBRE Editada desde 1947 • www.conjunturaeconomica.com.br • Agosto 2022 • volume 76 • nº 08

Mercado de carbono
Um marco legal para o Brasil

Equilíbrio fiscal
ICMS e o risco para os estados

Inflação e obras públicas
Mitigar desequilíbrios em contratos

Artigos
Fernanda Delgado
José Roberto R. Afonso
Samuel Pessôa
Vilma da Conceição Pinto

COMBATE À POBREZA

Sem calibragem das políticas de proteção social e atenção à inclusão produtiva, parte do Brasil seguirá sem chances de prosperar

3A BRASIL



SEJA O PRINCIPAL RESULTADO PARA O QUE O MERCADO BUSCA.

- 4 modalidades de referência no mercado, com a flexibilidade e a qualidade FGV.
- MBA FGV Presencial, MBA FGV Online, MBA FGV Live e MBA FGV Blended.

Você busca o melhor. Você encontra FGV.

SAIBA MAIS E INSCREVA-SE

fgv.br/mba

MBA FGV

É MAIS QUE MBA. É FGV.

CONJUNTURA ECONÔMICA

NESTA EDIÇÃO

FGV IBRE Instituto Brasileiro de Economia | Agosto de 2022

Carta do IBRE

6 Mercado de trabalho surpreende, mas problemas estruturais permanecem



O mercado de trabalho surpreendeu positivamente no primeiro semestre deste ano, com o número de pessoas ocupadas aumentando em 2,5 milhões, na comparação do trimestre abril-maio-junho de 2022 com o último trimestre de 2021. Com isso, a taxa de desemprego caiu de 11,1% em dezembro para 9,3% em junho, em comparações trimestrais. Apesar dessa melhora, a Carta do IBRE pontua que ainda permanecem muitas dúvidas sobre a possibilidade dessa dinâmica de melhora ser persistente e sustentável.

Ponto de Vista

10 Como ler a economia americana?



Para a coluna, será necessária uma política monetária mais contracionista para que o serviço de controlar a inflação nos EUA seja feito. Ao longo do segundo semestre de 2022 ou no início de 2023, esse fato ficará claro. A recessão americana ficará para o segundo semestre de 2023 ou para a virada de 2023 para 2024. Esta é a aposta da coluna.

Entrevista

12 Embora prevaleça a agenda social, é preciso sinalizar com o equilíbrio fiscal



Ex-pesquisadora do FGV IBRE e atual diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma da Conceição Pinto reconhece que o efeito dos sequentes choques que o mundo tem vivido leva a uma demanda maior por gastos sociais, e por isso reforça a necessidade de o próximo governo não deixar a disciplina com as contas públicas de lado – por exemplo, anunciando uma agenda de revisão ou harmonização das regras fiscais, sendo a principal o teto de gastos. "O que não dá é pra ficar sem qualquer âncora fiscal", defende.

Macroeconomia

18 Disponibilidade financeira *versus* espaço fiscal

A evolução nominal nos últimos anos e o volume atual do saldo do caixa do conjunto de estados e municípios foram citados por autoridades econômicas e por executivos do mercado financeiro como razão básica pela qual se poderia reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (o ICMS) dos combustíveis. A tese simplória é que, como o caixa aumentou muito e se apresenta hoje volumoso, se poderia reduzir aquele imposto sem qualquer impacto fiscal ou cidadão.

Capa | Social

30 Combate à pobreza



A insegurança alimentar no Brasil aumentou, e em algumas regiões já supera a média da América Latina. A preocupação com a fome é a preocupação com uma das faces mais dramáticas da escalada da pobreza. Se aliviá-la é primordial, eliminá-la depende de uma agenda que se revela ainda mais desafiadora, que inclui tornar o Auxílio Brasil mais eficaz e comportar dentro do Orçamento uma demanda ampliada por proteção, sob um contexto complexo também para a educação e o mercado de trabalho.

FGV IBRE
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 3799-4747

Primeiro Presidente e Fundador
Luiz Simões Lopes

Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

Conselho Curador
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Vice-diretor: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Estatísticas Públicas: Aloisio Campelo Junior

Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais: Túlio Barbosa

Superintendência de Inovação: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Pesquisa, Dados e Operação: André Lavinas

Superintendência de Publicações: Claudio Roberto Gomes Conceição

Superintendência de Gestão Estratégica e Organizacional: Joana Braconi

CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundador
Richard Lewinsohn

Editor-Chefe
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Editor-Executivo
Claudio Roberto Gomes Conceição

Editora
Solange Monteiro

Editoria de arte: Marcelo Nascimento Utrine

Capa e projeto gráfico: Marcelo Nascimento Utrine

Ilustração da capa: Istockphoto

Revisão: Mariflor Rocha

Colaboram nesta edição: Fernanda Delgado, José Roberto R. Afonso, Luiz Guilherme Schymura, Samuel Pessôa e Vilma da Conceição Pinto

Secretaria e apoio administrativo
Rua Barão de Itambi, 60 – 8º andar
Botafogo – CEP 22231-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3799-6840 – Fax: (21) 3799-6855
conjunturaredacao@fgv.br

Conjuntura Econômica é uma revista mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, desde novembro de 1947.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV.

A reprodução total ou parcial do conteúdo da revista somente será permitida com autorização expressa dos editores.

ANER www.aner.org.br

Instituto Verificador de Comunicação IVC

ISSN 0010-5945 Conjuntura Econômica. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947)

-.- Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-v. il.; 28cm. Mensal.

Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn; Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres; Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital; Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber; Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro; Maio 1994-set 1999, Lauro Vieira de Faria; Out. 1999-nov. 2003, Roberto Fendt; Dez. 2003-jun. 2004, Antonio Carlos Pôrto Gonçalves; Jul. 2004, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.

ISSN 0010-5945

1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.

CDD 330.5

Nota do Editor



Contrariando muitas previsões, o mercado de trabalho surpreendeu no primeiro semestre do ano, com a taxa de desemprego caindo para 9,3% no trimestre encerrado em junho, ante os 11,1% de dezembro do ano passado. Apesar dessa melhora, e ante as perspectivas de piora da economia neste segundo semestre e em 2023, há muitas dúvidas se essa redução da taxa de desemprego é sustentável, como sinaliza a Carta do IBRE desta edição.

"À medida que sobem as projeções de crescimento do PIB em 2022, recuam as relativas a 2023, que em alguns casos já entraram em território ligeiramente negativo. Se esses prognósticos estiverem corretos, o mercado de trabalho voltará a sofrer impactos negativos da atividade econômica entre o final deste ano e 2023", diz a Carta.

Como mostra a matéria de capa, o aumento da pobreza e da fome no Brasil são alguns, dos muitos, obstáculos para que milhões de pessoas sejam incluídas no mercado de trabalho. A preocupação com a fome é uma das faces mais dramática da escalada da pobreza.

Se aliviá-la é primordial, eliminá-la depende de uma agenda que se revela ainda mais desafiadora. Desde o início da pandemia, como reportado pela *Conjuntura Econômica* em meados de 2020 (https://bit.ly/3p08bOT) e de 2021 (https://bit.ly/3P6fteC), especialistas se debruçam no desenho de políticas para reformar o sistema de proteção social brasileiro e comportar dentro do Orçamento da União uma demanda ampliada, sob um contexto complexo também para a reinserção no mundo do trabalho.

Como relata a editora Solange Monteiro, sem calibragem das políticas de proteção social e atenção à inclusão produtiva, parte do Brasil seguirá sem chances de prosperar.

Para Ricardo Paes de Barros, "muito do setor informal foi destruído pela pandemia, e a economia brasileira se modernizou nesse período". Barros, especialista em estudos sobre desigualdade, pobreza e mercado de trabalho, coordenador da cátedra do Instituto Ayrton Senna no Insper, ressalta que "as estratégias de sobrevivência dos mais pobres foram destruídas, e muitas não serão reconstruídas".

Esse será, sem dúvida, um dos principais desafios do próximo governo.

Claudio Conceição – claudio.conceicao@fgv.br

Sumário

Carta do IBRE
6 Mercado de trabalho surpreende, mas problemas estruturais permanecem – *Luiz Guilherme Schymura*

Ponto de Vista
10 Como ler a economia americana? – *Samuel Pessôa*

Entrevista
12 Vilma da Conceição Pinto – *Solange Monteiro*

Macroeconomia
18 Disponibilidade financeira *versus* espaço fiscal *José Roberto R. Afonso e Vilma da Conceição Pinto*

24 Em bom termo – *Solange Monteiro*

Capa | Social
30 Combate à pobreza – *Solange Monteiro*

40 Na contramão – *S.M.*

Energia
42 A captura de carbono no Brasil: *getting ready* *Fernanda Delgado*

Índices
I Índices Econômicos

X Conjuntura Estatística

Mercado de trabalho surpreende, mas problemas estruturais permanecem



Luiz Guilherme Schymura
Pesquisador do FGV IBRE e doutor em economia pela FGV EPGE

O mercado de trabalho surpreendeu positivamente no primeiro semestre deste ano. Segundo a Pnad Contínua (PNADC), o número de pessoas ocupadas aumentou em 2,5 milhões, na comparação do trimestre abril-maio-junho de 2022 com o último trimestre de 2021. Com isso, a taxa de desemprego caiu de 11,1% na PNADC de dezembro para 9,3% na de junho (números sempre relativos ao trimestre encerrado ao fim do mês de referência da pesquisa).

O resultado bastante positivo veio acompanhado de forte elevação dos vínculos formais de emprego com carteira no mesmo período, que saltaram 1,4 milhão. A nota negativa foi a queda do rendimento médio real do trabalho ante igual trimestre do ano passado.

O desempenho do mercado de trabalho este ano tem sido surpreendente inclusive para os pesquisadores do FGV IBRE dedicados ao setor. Embora em um enfoque mais de médio e longo do que de curto prazo, nossa equipe vem diagnosticando sérios problemas no *front* do emprego no Brasil. Por exemplo, seis ocupações ligadas a comércio e serviços, caracterizadas por baixa renda, pouca instrução e alta informalidade, foram responsáveis por toda a criação de postos de trabalho entre 2012 e 2019, como abordado na Carta do IBRE de dezembro de 2021.

Após mudanças abruptas e atípicas associadas à pandemia, no início de 2022 os sinais eram de que o mercado de trabalho nacional estaria voltando ao padrão preocupante mencionado acima. E, em termos de desemprego, os economistas do FGV IBRE só esperavam o retorno a taxas de um dígito dentro de alguns anos.

Na PNADC de junho, entretanto, a taxa de desemprego atingiu 9,3%, com desempenho muito bom das atividades formais. O que terá acontecido? O mercado de trabalho terá ingressado numa nova e virtuosa dinâmica que vai desmentir os prognósticos menos otimistas dos nossos pesquisadores?

Na verdade, a realidade é bem mais complexa e escapa às simplificações binárias. Como explica Barbosa Filho, o primeiro semestre mostra forte recuperação de setores que ainda estavam em nível abaixo do pré-pandemia. Na comparação de dezembro de 2021 com fevereiro de 2020 (pré-pandemia), a população ocupada (PO) estava com 1 milhão de pessoas a mais. Cinco entre dez setores tinham recuperado o nível de emprego pré-pandemia, mas ainda havia perda de 1,4 milhão de postos de trabalho nos setores que não haviam se recuperado totalmente. Em junho

de 2022, a melhora foi expressiva. A PO já era 3,6 milhões maior que em fevereiro de 2020, sete setores já tinham se recuperado e, nos três que ainda não chegaram lá (Alojamento e alimentação, Outros serviços e Serviços domésticos), o déficit de postos havia se reduzido para 487 mil.

Como mostram pesquisas da equipe do FGV IBRE – incluindo Fernando Veloso, Fernando de Holanda Barbosa Filho, Paulo Peruchetti, Janaína Feijó e Bráulio Borges –, a evolução do mercado de trabalho brasileiro na pandemia apresentou padrão peculiar, mas de certa forma similar ao de diversos países do mundo.

A saída inicial da força de trabalho se concentrou mais fortemente em trabalhadores e setores com níveis menores de renda, produtividade e formalização. Embora nas primeiras etapas da recuperação setores de maior produtividade e menos intensivos em trabalho tenham tido destaque, desde o ano passado a volta à força de trabalho tem sido puxada por segmentos intensivos em trabalho e de produtividade mais baixa.

Assim, como aponta Barbosa Filho, "grande parte da melhora em 2022 do mercado de trabalho não é uma dinâmica fantástica, mas sim a volta de setores mais atrasados na recuperação, intensivos em emprego".

Veloso, por sua vez, nota que esse movimento é muito parecido com o que vem ocorrendo nos Estados Unidos, como relatado em recente reportagem do jornalista Arthur Cagliari no jornal *Valor Econômico*. O mote do artigo é que a produtividade da mão de obra nos Estados Unidos caiu 7,3% no primeiro trimestre deste ano em relação ao quarto trimestre de 2021 em termos anualizados, maior queda desde 1947.

Mas isso não quer dizer, observa Veloso, que a economia mais inovadora e eficiente do mundo esteja passando por problemas estruturais de produtividade. O que ocorre é justamente que o retorno à PO está sendo mais forte em setores de serviços intensivos em trabalho e de produtividade inferior à média da economia. A queda apenas corrige ganhos de produtividade também artificiais e passageiros, em função de tendência inversa no momento mais agudo das quarentenas da pandemia.

> Barbosa Filho aponta que "grande parte da melhora em 2022 não é uma dinâmica fantástica", mas a volta de setores mais atrasados na recuperação, intensivos em emprego

Voltando ao Brasil, trata-se de uma recuperação do mercado de trabalho com "muito emprego para pouco PIB", como mostra recente trabalho de Borges no qual o economista reponderou a trajetória do PIB pelo nível relativo de emprego de cada setor, e não pelo valor adicionado, como nas Contas Nacionais. Em 2021, por exemplo, o PIB reponderado pela PO dos setores cresceu 6,0%, e o PIB oficial na ótica do valor agregado a preços básicos teve expansão inferior de 4,3%.

Barbosa Filho aponta que o rendimento do trabalho está caindo ou estagnado porque o mercado de trabalho ainda está fraco. Baixa participação e elevada subocupação são indicativos, apesar do baixo desemprego. O rendimento ainda é inferior ao de meados de 2021.

Outra questão fundamental para entender a evolução recente do mercado de trabalho nacional é a taxa de participação, que é a razão entre a força de trabalho (PEA) e a população em idade de trabalhar (PIA). Durante a pandemia, a taxa de participação caiu com a saída de milhões de pessoas da PEA e ainda está em 62,6%. Caso a taxa de participação voltasse ao nível médio do período 2017-19, de 63,4%, haveria 1,4 milhão de pessoas a mais na PEA, e a taxa de desemprego em junho teria sido de 10,4%, e não de 9,3%. Se, no lugar do nível de 2017-19, for utilizada a tendência da taxa de participação, num contrafactual sem pandemia, esta teria atingido 63,7% e a taxa de desemprego em junho teria sido de 10,9%.

Como se vê, uma taxa de participação que retornasse ao padrão vigente antes da pandemia já colocaria uma distância relevante entre a taxa de desemprego atual e o nível de um dígito.

Outra consideração a ser feita em relação ao desempenho recente do mercado de trabalho é que, com a inflação de dois dígitos e um ciclo muito

intenso de elevação da taxa básica de juros, a visão de muitos analistas é de que a desaceleração encomendada pelo aperto das condições financeiras está sendo apenas adiada pelas medidas fiscais de estímulo no ano eleitoral.

Assim, à medida que sobem as projeções de crescimento do PIB em 2022, recuam as relativas a 2023, que em alguns casos já entraram em território ligeiramente negativo. Se esses prognósticos estiverem corretos, o mercado de trabalho voltará a sofrer impactos negativos da atividade econômica entre o final deste ano e 2023.

De qualquer forma, apesar das ressalvas, há que se reconhecer a surpresa positiva do mercado de trabalho em 2022. Veloso observa que o movimento de curto prazo de volta forte e simultânea de vários segmentos de serviços prejudicados pela pandemia, por exemplo, é um desdobramento de curto prazo efetivamente difícil de prever.

O crescimento do primeiro semestre fez com que grande parte dos indicadores do mercado de trabalho ficasse em nível superior ao pré-pandemia. Em junho, numa leitura mensalizada e dessazonalizada dos dados da PNADC, tanto a PO quanto a ocupação formal e a informal já se encontravam em níveis superiores aos de fevereiro de 2020, logo antes da chegada da Covid-19. No caso da PO, chegou-se em junho a 99,2 milhões de pessoas, 4,3% acima do pré-pandemia. Já o emprego formal em junho registrou nível 6,8% superior ao de fevereiro de 2020, e o informal, 2,4% superior.

Os pesquisadores do IBRE observam, no entanto, que o bom primeiro semestre não significa que a situação do mercado de trabalho esteja normalizada. Além das questões já mencionadas da taxa de participação ainda baixa, registra-se nível elevado e acima do pré-pandemia de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e desocupados de longa duração. Já os desalentados estão abaixo do nível pré-pandemia, mas num patamar historicamente ainda alto. Os subutilizados, que reúnem os trabalhadores desocupados, subocupados, desalentados e indisponíveis, voltaram ao nível pré-pandemia, também elevado em termos históricos.

> Além da taxa de participação e salários ainda baixos, registra-se nível elevado de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e desocupados de longa duração

Em relação aos salários, durante a pandemia houve queda do rendimento real do trabalho, o que pode representar uma oportunidade para as empresas ganharem competitividade. No entanto, dados recentes da PNADC indicam que esse processo já pode ter se esgotado. O salário real em setores e subsetores como agropecuária, indústria geral, construção civil e nos diversos segmentos de serviços parece ter se estabilizado ou estar em início de processo de elevação.

Finalmente, há a questão dos possíveis impactos da reforma trabalhista nos atuais desdobramentos do mercado de trabalho. Trabalhos acadêmicos recentes – como os de Ottoni e Barreira (2021) e Corbi, Ferreira, Narita e Souza (2022) – indicam que a reforma trabalhista tem potencial de reduzir a taxa de desemprego. Embora acreditem que a reforma trabalhista possa contribuir para a redução do desemprego nos próximos anos, os pesquisadores do FGV IBRE avaliam que a significativa retração recente parece estar mais relacionada a componentes transitórios associados à pandemia. Barbosa Filho, em particular, considera muito difícil mensurar qualquer impacto da reforma trabalhista agora, mas prevê que ela deve vir a ter efeitos positivos no mercado de trabalho nacional.

Num resumo dos pontos abordados nesta Carta, é possível afirmar que a melhora conjuntural do mercado de trabalho no primeiro semestre de 2022 é incontestável, mas ainda permanecem muitas dúvidas sobre a possibilidade de configurar uma dinâmica persistente e sustentável.

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.

3A BRASIL



SEJA O PRINCIPAL RESULTADO PARA O QUE O MERCADO BUSCA.

- 4 modalidades de referência no mercado, com a flexibilidade e a qualidade FGV.
- MBA FGV Presencial, MBA FGV Online, MBA FGV Live e MBA FGV Blended.

Você busca o melhor. Você encontra FGV.

SAIBA MAIS E INSCREVA-SE

fgv.br/mba

MBA FGV

É MAIS QUE MBA. É FGV.

Como ler a economia americana?



Samuel Pessôa
Pesquisador associado do FGV IBRE

A economia americana teve crescimento negativo por dois trimestres consecutivos. Recuou 1,6% no primeiro trimestre de 2022 e 0,9% no segundo, neste caso de acordo com a primeira prévia do IBGE deles (chamado de Bureau of Economic Analysis).

No entanto, os dados do mercado de trabalho contam uma história muito diferente. A divulgação da sexta-feira, 5 de agosto, indica que houve em julho criação líquida de 528 mil empregos, segundo o cadastro com os empregadores daquela economia. Já na pesquisa por amostras de domicílio, houve criação de 179 mil empregos.

Se considerarmos o primeiro semestre, em que, segundo as contas nacionais, o crescimento do PIB foi negativo em 2,5%, criaram-se 2,8 milhões de empregos, segundo o cadastro dos empregadores, e 2,1 milhões, segundo a pesquisa domiciliar.

Adicionalmente, a taxa de desemprego em julho caiu para 3,5%, após ficar constante por quatro meses em 3,6%.

Quando olhamos o que ocorre na inflação, não há grandes sinais de acomodação. O índice de inflação que o banco central americano, o Fed, emprega para operar o regime de metas de inflação é o deflator implícito do consumo das contas nacionais, PCE. Em junho o PCE rodou a 0,95%. Os núcleos por exclusão, médias aparadas e da mediana rodaram, respectivamente, a 0,59%, 0,56% e 0,70%.

Além de a taxa mensal não ter vindo bem, os três núcleos de inflação acumulados em 12 meses fecharam junho respectivamente a 4,8%, 4,3% e 5,3%, para uma meta inflacionária de 2%. E, apesar de haver algum sinal de reversão do choque sobre bens de consumo duráveis – após fecharem em janeiro último, em 12 meses, a 11,5%, rodaram em junho a 6,1% –, a inflação de serviços segue crescendo persistentemente, fechando os 12 meses até o fim de junho em 4,9%.

Os salários nominais também sobem. Acompanhar o mercado de trabalho não tem sido fácil ao longo da epidemia. Em todo ciclo econômico, na fase de baixa, são sempre os trabalhadores menos qualificados que sofrem mais com o desemprego. Assim, a média dos salários pagos pode subir em função da alteração da composição da mão de obra. Esse fato foi particularmente dramático na epidemia, visto que o fechamento da economia afetou desproporcionalmente os serviços de baixa sofisticação, como alimentação fora do domicílio, turismo, todo o entretenimento etc.

O melhor indicador disponível de salários para a economia americana é o *wage tracker* do Fed Atlanta. Ele limpa o resultado de mudanças provocadas apenas pela alteração da composição da força de trabalho. A última observação disponível é de junho. Os salários nominais aumentaram, nos 12 meses até junho, 5,8% e, na média móvel trimestral, o aumento nominal foi de 7,1%. Ainda aquém da inflação, mas em forte elevação.

Assim, os dados de mercado de trabalho e inflação não contam uma história compatível com economia há um semestre em recessão. Temos que olhar com mais cuidado os dados da atividade.

Para o primeiro trimestre, em que houve recuo de 1,6% do PIB, as aberturas descartam a ideia de economia em recessão. O consumo privado cresceu 1,8% e o investimento em capital fixo – isto é, desconsiderando os estoques – elevou-se em 7,4%. A contribuição desses dois itens para a demanda agregada foi de 2,5 pontos percentuais.

Para o segundo trimestre, os números são menos claros. O consumo cresceu 1% e o investimento em capital fixo recuou 3,9%. A contribuição para o crescimento desses dois itens em conjunto foi nula. O consumo não cresceu mais porque o consumo de bens recuou 4,4%, retirando 1,1 ponto percentual do crescimento.

O que machucou mesmo o desempenho no segundo trimestre foi a desa-

cumulação dos estoques, que retirou 2 pontos percentuais do crescimento. Isto é, se a demanda tivesse que ser atendida pela produção com estoques constantes, o crescimento, em vez de negativo em 0,9%, teria sido positivo em 1,1%. De qualquer forma, o segundo trimestre de 2022 apresentou queda consistente do investimento residencial, de 14%, e do consumo de bens duráveis, de 2,6%, dois itens sensíveis ao aperto das condições financeiras que ocorreu desde novembro de 2021.

Para entender melhor o movimento da atividade da economia americana, é útil olhar os componentes da demanda agregada em nível. A tabela ao lado ilustra. Na tabela, o nível do PIB americano e dos seus componentes foi normalizado em 100 para o quarto trimestre de 2019, imediatamente anterior à epidemia.

No segundo trimestre de 2022, a economia estava 2% acima de sua posição no quarto trimestre de 2019. Note-se o enorme desequilíbrio da recuperação da economia americana após a queda súbita do segundo trimestre de 2020. O consumo de bens duráveis no segundo trimestre de 2022 encontra-se 22% acima, e o investimento residencial, 10% acima.

A coluna avalia como natural a queda do investimento residencial e do consumo de bens duráveis após recuperação tão desequilibrada. Penso que podemos assistir a recuos adicionais desses dois componentes da demanda agregada por alguns trimestres. Porém, no início de 2023, investimento residencial e consumo de bens duráveis devem se estabilizar, e iniciar nova elevação a partir de nível um pouco mais baixo.

A aposta do parágrafo anterior se dá num contexto no qual o mercado tem entendimento distinto do desempenho da economia americana. Avalia que o aperto já ocorrido nas condições financeiras desacelerará a atividade econômica o suficiente para produzir a elevação do desemprego requerida para trazer a inflação para a meta. Para o mercado, as duas quedas do PIB no primeiro semestre são o início de leve recessão que desinflacionará a economia. Dado esse entendimento, a curva de juros aponta pico de Fed Funds (FF), a Selic deles, em 3,4% na virada do ano e início de ciclo de baixa já no segundo trimestre de 2023.

O problema com essa percepção do mercado é que supõe que será possível desinflacionar a economia sem que os juros sejam reais em nenhum momento. Para que isso ocorresse, seria necessário que a taxa neutra de juros fosse ao redor de -2% ou -3%, o que está totalmente fora das estimativas existentes. Se o mercado continuar a pensar dessa forma, levando os juros de mercado a permanecerem baixos, a economia voltará a crescer em algum momento na virada de 2022 para 2023.

Para a coluna, será necessária uma política monetária mais contracionista para que o serviço de controlar a inflação seja feito. Ao longo do segundo semestre de 2022 ou no início de 2023, esse fato ficará claro. A recessão americana ficará para o segundo semestre de 2023 ou para a virada de 2023 para 2024. Esta é a aposta da coluna.

	2019 T4	2020 T2	2021 T2	2022 T2
Produto interno bruto	100	90	101	102
Consumo das famílias	100	89	103	105
Bens	100	97	118	114
Bens duráveis	100	96	129	122
Bens não duráveis	100	98	112	110
Serviços	100	85	97	101
Formação bruta de capital do setor privado	100	83	101	110
Formação bruta de capital fixo	100	91	104	106
Não residencial	100	89	101	105
Estruturas	100	85	80	75
Equipamento	100	84	106	109
Propriedade intelectual	100	98	109	120
Residencial	100	96	116	110
Exportações líquidas	100	91	147	174
Exportações	100	76	90	96
Bens	100	76	97	102
Serviços	100	76	79	86
Importações	100	80	104	116
Bens	100	83	110	120
Serviços	100	68	83	100
Consumo e investimento do setor público	100	102	102	100

Foto: Divulgação



"Embora prevaleça a agenda social, é preciso sinalizar com o equilíbrio fiscal"

Vilma da Conceição Pinto

Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI)

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Desde que assumiu o cargo de diretora da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI), há 1 ano, Vilma intensificou o trabalho de analisar o impacto de propostas e medidas que afetam as contas públicas. "A IFI sempre conta com um planejamento de estudos especiais, mas neste período o cronograma teve que ser alterado para dar conta da conjuntura", ilustra. Mesmo com a rotina acelerada pelo contexto político, a economista – que foi pesquisadora do FGV IBRE, com passagem pela Secretaria de Fazenda do Paraná antes de chegar a Brasília – não abdica do rigor técnico em seus cálculos, bem como em suas respostas. Nesta conversa para a *Conjuntura Econômica*, ela reconhece que o efeito dos sequentes choques que o mundo tem vivido leva a uma demanda maior por gastos sociais, e por isso reforça a necessidade de o próximo governo não deixar a disciplina com as contas públicas de lado – por exemplo, anunciando uma agenda de revisão ou harmonização das regras fiscais, sendo a principal o teto de gastos. "O que não dá é ficar sem qualquer âncora fiscal", defende.

***Conjuntura Econômica* — A melhora observada nas contas públicas este ano vem acompanhada de uma liberação de R$ 41,2 bilhões fora do teto de gastos – além de um aumento de cortes orçamentários em áreas como saúde e educação para cumprir o teto. Qual o balanço desse cenário?**

Acho que podemos traduzir este momento em termos de retrato e em termos de incerteza sobre o que vem adiante. Quando olhamos as contas públicas, de fato observamos uma melhora, em parte por fatores externos como o crescimento das receitas pela exploração de recursos naturais (como exemplo: *compensação financeira devida pelos concessionários de ex-*

ploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção), que por sua vez está relacionada ao choque de oferta alimentado, em certa medida, pela guerra na Ucrânia. Mas quando olhamos para o lado das despesas, vemos uma situação um pouco distinta. Que não está aparecendo tanto no resultado primário, que tem melhorado. Quando separamos o resultado primário entre recorrente e não recorrente, por exemplo, vemos que ele teria sido melhor ainda se não fossem essas exceções ao teto, esses incrementos de gastos que ocorreram não só neste ano, mas também em 2021.

Vejo, ao analisar o teto de gastos da forma como está, que o risco de descumpri-lo em 2022 e 2023 é baixo. Dá para cumpri-lo, com algum corte de despesas. Mas temos que levar em consideração que para este ano abriu-se um espaço de R$ 113,1 bilhões em comparação ao teto anterior, seja pela mudança na regra de pagamento dos precatórios, criando uma margem de mais de R$ 40 bilhões, seja pela mudança na regra do teto propriamente dita, que resultou em aumento de R$ 69,9 bilhões no teto de gastos. Então, dizer que estamos cumprindo o teto de gastos hoje não necessariamente quer dizer que estamos em um nível de gastos menor do que temos observado nos últimos anos. Lembrando que o objetivo original do teto de gastos é de que as despesas primárias não cresçam acima da inflação, algo que não temos observado com clareza nos últimos anos. Embora, o gasto primário como porcentagem do PIB esteja menor que o observado no período pré-pandemia, o desempenho em termos de variação interanual descontada a inflação nos mostra outros elementos.

Quando analisamos as despesas de 2016, que é o ano-base do teto, houve uma queda real de 1,1% dos gastos primários da União. Colaboraram para esse resultado algumas mudanças como o fim do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), e microrreformas como a da regra de acesso ao seguro-desemprego. Além disso, em 2015, houve um aumento dos gastos em decorrência do equacionamento de passivos, reflexo das pedaladas fiscais, que também sensibilizaram essa variação interanual para 2016, via efeito base de comparação. Em 2017 também houve queda de 1,1%. Mas em 2018 volta-se a registrar crescimento real de 2% nas despesas primárias, bem como em 2019, de 2,7% em relação ao ano anterior. Para 2020 e 2021 a análise do crescimento das despesas primárias totais fica mais complicada, devido à pandemia. Mas quando se olha 2022 no acumulado de janeiro até junho, ou mesmo o número projetado pelo Tesouro, já observamos novamente um crescimento das despesas primárias em relação a 2021 da ordem de 1,2% em termos reais.

> É importante pensar em um arcabouço de regras fiscais que de fato sinalize que o governo se comprometerá com o equilíbrio das contas públicas

No final de junho, o Tesouro divulgou uma projeção para o horizonte fiscal brasileiro nos próximos 10 anos, na qual prevê a viabilidade do teto. Como avalia esse cálculo?

Esse cenário que foi traçado é possível, mas sob diversas hipóteses mais otimistas, e outras até de difícil previsão. É o caso, por exemplo, do cálculo para despesas com precatórios. Sabemos que a regra de adiamento de pagamento vale até 2026, o que permite que o governo vá jogando esse compromisso para adiante. O precatorista que não estiver satisfeito em postergar seu recebimento poderá obtê-lo, mas com desconto de 40%. Na IFI, tomamos como ponto de partida que esse pedido de pagamento com desconto represente cerca de 5% do estoque (*compatível com a dotação orçamentária de 2022 – R$ 4,2 bilhões*); no Tesouro, eles assumem que 20% serão pagos de forma antecipada com esse desconto. Essa diferença também colabora para esse cenário um pouco mais otimista. Outra hipótese que eles utilizam é que o precatório que não for pago até 2026 será pago em 2027 fora da regra do teto. Na ver-

dade, não está claro como esse pagamento será feito, o que nos faz tomar a hipótese de que voltaremos à regra anterior, de pagamento de todas as despesas com precatórios pendentes. A diferença entre o cenário da IFI e do Tesouro neste quesito está na hipótese de esse gasto sensibilizar o teto ou não. Assim, o Tesouro assume que o cumprimento do teto de gastos só acontecerá se esse pagamento for feito por fora da regra.

Considerando a atual conjuntura doméstica e externa, de pressão inflacionária persistente, política monetária contracionista, maior demanda por gasto social, considera que a agenda do ajuste fiscal – dominante no debate eleitoral de 2018 – fique em segundo plano entre os compromissos do presidente que assumir o país em 2023? Como esse contexto pode influenciar o debate sobre o futuro do teto de gastos?

Embora ainda prevaleça a agenda social relacionada com os efeitos da pandemia, também será preciso sinalizar compromisso com o equilíbrio fiscal. Com tantas mudanças que foram ocorrendo na Constituição para tirar gastos do teto, de fato a regra perdeu seu foco, seu objetivo. Os agentes já não acreditam que ela é capaz de segurar eventuais pressões para aumento de despesas. Será preciso recuperar parte dessa credibilidade perdida. Agora, uma sinalização de disciplina fiscal pode vir de várias formas. Uma delas é demonstrar a intenção de cumprir regras, ou levantar uma agenda de revisão ou harmonização dessas regras.

No contexto do teto de gastos, por exemplo, a sinalização de compromisso com as contas públicas se deu não com o corte imediato de despesas, mas com uma regra que previa um ajuste no horizonte de médio/longo prazo. Da mesma forma, ainda que o próximo governo não execute ações tão imediatas do ponto de vista de impacto nas contas públicas, ele pode indicar essa preocupação a partir de outras agendas. No caso das regras fiscais, entretanto, será preciso cuidado com o desenho a ser proposto. Quando lembramos das discussões em torno da criação do teto de gastos, quando este ainda era a PEC 241, e das projeções que fazíamos naquela época, já tínhamos dificuldade de enxergar um cenário em que o governo conseguisse cumprir o teto até o prazo previsto na lei sem mudanças na nossa estrutura de gasto. Então, é importante que a regra seja bem calibrada. Caso se apresente uma regra muito rígida ou frouxa demais, criam-se dificuldades para que ela apresente os efeitos esperados. Por outro lado, vemos que isso abriu espaço para muitas modificações, mexidas, exceções colocadas ao teto nos últimos anos. Então, é importante pensar em um arcabouço de regras fiscais que de fato sinalize que o governo vai se comprometer com o equilíbrio das contas públicas, mas que também seja uma regra exequível. Esse é o espírito que precisamos defender. Em qualquer caso, o engajamento do Congresso em torno dessa agenda será fundamental.

> A manutenção de R$ 600 ampliará o gasto com Auxílio em torno de R$ 47,5 bi e 2023, e isso precisa ser acomodado dentro do teto

Levando em conta as ações e declarações dos candidatos mais bem posicionados nas pesquisas, é otimista quanto à possibilidade de conciliação desses objetivos? De que forma?

A finalidade da IFI não é dar orientações de política pública. Dito isso, quando olhamos o teto da forma como está desenhado, seria possível cumpri-lo até 2026 com a redução gradual de despesas discricionárias e caso o Auxílio Brasil seja, em média, R$ 400 mensais por família. Como ambos os candidatos estão sinalizando manter o valor do benefício em R$ 600, entendo que isso pode sinalizar também que ambos não têm intenção de manter o teto como está hoje ou será preciso realizar alguns ajustes na composição dos gastos para acomodar esses recursos no orçamento e no teto. Mas temos outros caminhos.

O que não dá é ficar sem qualquer âncora fiscal. Antes tínhamos a meta de resultado primário, que funcionou bem durante um tempo. A gente tem outro tipo de regra que é a de dívida, que está prevista em nossa Constituição, cuja regulamentação até agora só foi feita para estados e municípios.

Se tomarmos como exemplo os países da OCDE, vemos que 28 deles adotam metas de resultado estrutural ou resultado nominal; apenas nove têm regra de resultado primário; e dois têm regra de ouro. Muitos operam com alguma regra de dívida e regra de crescimento (23 países) ou teto (21 países) de despesas, e poucos têm regra específica para alguma limitação de receita. Há um menu de opções, e devemos escolher o nosso para sinalizar compromisso com o equilíbrio fiscal. O que precisamos, insisto, é definir regras exequíveis, e fortalecer institucionalmente nosso arcabouço de regras, com vontade política, para evitar perda de credibilidade como aconteceu com a regra de resultado primário e, agora, com o teto de gastos.

No primeiro ano da pandemia, muito se debateu sobre a necessidade de se abrir espaço fiscal para contemplar um aumento de recursos para a proteção social, diante da alta do desemprego e da pobreza. Hoje chegou-se ao Auxílio Brasil de R$ 600 até dezembro, mas que poucos consideram que poderá se reduzir em 2023, sem a contraparte da revisão dos demais gastos. Considera que haverá ambiente político para se retomar o debate sobre a revisão das demais despesas?

Não sou especialista em política social, mas o que tenho visto em relação a esse debate é que, apesar de o Auxílio Brasil ter sido desenhado acompanhando a lógica do Bolsa Família – vários tipos de benefício, com regras de acesso distintas –, com a implementação pelo governo do benefício extraordinário, em que todas as famílias ganham, em média, o mesmo valor, talvez se perca um pouco do que foi pensado para o atual programa. Acho que esse formato pode fazer sentido em um período excepcional, mas quando se transforma em gasto permanente, talvez crie a necessidade de uma reavaliação em termos de desenho e eficiência desse gasto.

> Uma reforma tributária pode gerar incremento (de receita) via ganho de eficiência, sem que necessariamente haja aumento de alíquota

Do lado orçamentário, os cenários da IFI para 2023 já consideram um gasto superior aos R$ 89 bilhões (*valor autorizado para 2022 antes da EC 123*). Esse cenário, que é compatível com o cumprimento do teto de gastos, leva em conta o auxílio de R$ 400 e a incorporação de 1,6 milhão de pessoas que seria a fila de espera antes da EC 123. A manutenção dos R$ 600 ampliará o gasto em torno de R$ 47,5 bilhões para 2023 – impacto do aumento, em média, de R$ 200 por família –, e esse valor precisa ser acomodado dentro do teto com a redução de outros gastos. O que temos: na Previdência, não se consegue mexer. Em gasto com pessoal também não. Ao contrário, a pressão por reajuste já começou este ano, e no ano que vem deve ser ainda maior. E as demais despesas obrigatórias, que estão dentro do teto, não deverão ter mudança significativa a ponto de compensar esses R$ 47,5 bilhões. O que sobra? As despesas discricionárias. Mas aqui é preciso um mínimo para manter a máquina funcionando. E também há as chamadas emendas parlamentares. Durante a tramitação da LDO na Comissão Mista de Orçamento, o relator propôs tornar as emendas de relator-geral impositivas, o que não foi aceito. Se permanecesse no texto, seria um fator adicional de rigidez no Orçamento. Por ora, então, o caminho que se tem para acomodar os R$ 47,5 bilhões é esse. Como o governo conseguirá equacionar essa questão é outro debate.

Conseguiremos escapar de um aumento de impostos?

Acho que se a opção política do governo for de fato manter o gasto em

um nível superior, teremos que fazer algum tipo de compensação pelo lado da receita para isso não virar um desequilíbrio fiscal maior lá na frente. Temos caminhos para fazer isso. O que temos discutido é o da reforma. Uma reforma tributária pode gerar incremento de receita via ganhos de eficiência, sem que necessariamente haja um aumento de alíquotas. Mas o governo também pode simplesmente optar por aumentar impostos, ou pode reduzir gasto tributário. O ideal seria um caminho em que haja avaliação – por exemplo, dos gastos tributários –, para melhorar eficiência e transparência. Pode também ir na linha de melhorar a eficiência da administração tributária, com fiscalização, controle, avanço tecnológico etc. Temos observado avanços nesse sentido, por exemplo, no Imposto de Renda, com um sistema moderno, digital.

No caso da reforma tributária, temos tido dificuldade para avançar nessa agenda. Criar consensos em torno de uma proposta não é fácil, mas houve avanços nos últimos anos. O principal que tenho observado é que agora discutimos um modelo que conta com o apoio de outros atores, incluindo alguns municípios. É importante criar consensos para se continuar avançando. E, embora ouçamos falar muito da tributação do consumo, os problemas tributários que temos hoje não se restringem a isso. Quando se fala sobre tributação como um todo e se observa a composição da carga tributária, comparada a outros países, temos uma composição ruim: tributamos muito salários, tributamos muito consumo, que são bases altamente regressivas quando olhamos só sob a ótica da tributação. E tributamos menos a renda, que é uma base em que conseguimos agir melhor em busca de ampliar progressividade. Acho que esses pontos, da composição e do desenho do nosso sistema tributário, são importantes.

Outra mudança importante registrada este ano foi a das alíquotas de ICMS em setores que são fonte importante de arrecadação para estados, como combustíveis e energia, criando um teto para as alíquotas. Alguns estados inclusive já conseguiram liminares para compensar essa perda. Identifica que essa mudança poderá trazer problemas fiscais para esses entes, especialmente aqueles que estão em processo de recuperação da sustentabilidade das contas públicas?

> Considero importante que o governo indique como abordará a questão de investimento em capital humano, pensando em gasto social como indutor de redução de pobreza

Quando olhamos em termos de alíquotas, realmente é possível identificar certo desequilíbrio que precisaria ser revisado, já que algumas realmente são elevadas. Mas é um tema que precisaria ser resolvido com mais diálogo. No artigo que escrevo com José Roberto Afonso para esta edição da *Conjuntura* (*ver pág. 18*), observamos, por exemplo, que a análise da atual situação de caixa dos entes subnacionais por si só não é suficiente para justificar uma redução de impostos. Quando analisamos em detalhe a questão fiscal dos estados, vemos que a melhora observada desde a pandemia não foi só em termos de resultado primário, como também dos juros nominais. Assim, a alteração das alíquotas, por exemplo, não deve ser tanto uma questão no curtíssimo prazo. Neste período, esses entes também contaram com algumas receitas não recorrentes, como as transferências intergovernamentais referentes à Lei nº 173, de 2020, a receita de transferências referente ao excesso de arrecadação de Recursos de Concessões e Permissões e a concessão da Cedae. Algumas despesas também tiveram impacto de curto prazo, como a vedação para reajustes salariais, devido à LC nº 173, de 2020. A questão que se coloca é mais para o médio prazo, já que a vigência de algumas medidas não se limita a 2022, e parte do resultado positivo da receita dos estados também é causada pelo efeito de choques temporários. Quando esses choques passarem, como ficará a arrecadação desses entes? Por exemplo, quando somamos toda a arrecadação dos setores incluídos na Lei Com-

plementar no 194, observamos que representavam até a mudança, isto é, de janeiro a maio deste ano, em média, 36% do ICMS dos estados. Com a redução de alíquotas nestes setores (*combustíveis, energia elétrica, comunicação e transporte coletivo*), espera-se que uma boa parte do tributo estadual seja sensibilizada a partir do segundo semestre.

Considera que esse impacto estimulará o debate em torno de uma reforma tributária, dos impostos sobre o consumo?

Acho que é um caminho, porque outro fator importante a ser considerado é que a melhora de caixa hoje observada se dá majoritariamente no campo dos recursos vinculados a determinados gastos, como os de saúde e educação, não podendo ser remanejados. A melhora da situação de caixa entre os recursos não vinculados é menor. Além disso, quando analisamos o caixa, não podemos olhar só o lado de quanto tem disponível em receita, esquecendo do quanto se tem a gastar e do quanto se deve também. Por isso é preciso considerar o maior risco no médio prazo, de se criar um problema fiscal federativo mais adiante, como já se observou no passado.

Comentamos que a evolução das receitas colaborou para o primário este ano. O presidente que assumir 2023 também contará com parte dessa benesse? Quais serão os desafios que acompanharão o novo mandatário, levando em conta o ambiente de pressão por gastos e perda de credibilidade da âncora fiscal?

Para 2023 consideramos um resultado primário basicamente neutro, próximo de zero. Não é tão ruim, considerando que até pouco tempo atrás era difícil pensar um cenário superavitário num período tão curto de tempo, se levarmos em conta a trajetória das contas públicas desde que iniciou o déficit fiscal, em 2014. Mas isso tem sido puxado de certa forma pelas receitas. E aí entra outro debate, sobre quão estrutural será esse ganho pelo lado das receitas. Até agora, vemos um resultado positivo, também ajudado pelo choque inflacionário. As receitas primárias líquidas de transferências por repartição de receita cresceram nominalmente 28,2% no primeiro semestre de 2022, em relação ao mesmo período do ano anterior, já o crescimento descontado a inflação foi de 15,1%. Para 2023, nossas premissas apontam para um IPCA de 4,8%. Esperamos um crescimento do PIB de 0,7%, com viés de baixa. De acordo com estudos que realizamos, podemos observar neste período uma elasticidade próxima à unidade, que vai influenciar o resultado de 2023.

> Será preciso indicar como impulsionar investimentos, sem se desprender da disciplina fiscal. Desde 2015 o investimento líquido do governo central é negativo

No curto prazo, se o governo fizer algum tipo de consolidação fiscal, não expandir tanto o gasto, podemos observar alguma redução do produto, o que também poderia justificar o viés de baixa em algumas estimativas de crescimento do PIB. Mas será importante, de alguma forma, sinalizar compromisso com o equilíbrio fiscal, e a partir daí avançar em questões estruturais. Pensando para frente, considero importante que o governo indique como abordará a questão de investimento em capital humano e infraestrutura. Em capital humano, pensando em gasto social como indutor de redução de pobreza e insegurança alimentar, de forma eficiente. O Bolsa Família foi um programa social com impacto significativo na redução da pobreza, e custou 1/3 do que custa hoje o Auxílio. Será preciso indicar como melhorar esses indicadores, a partir do desenho e da qualidade desses gastos. E aí entra a questão não só social. Entre elas, como impulsionar investimentos, sem se desprender da disciplina fiscal. Desde 2015 o investimento líquido do governo central é negativo. Então, será preciso buscar formas de melhorar a composição do nosso gasto, aumentar a eficiência, visando às agendas que existem, mas sem abrir mão do compromisso com a disciplina fiscal.

Disponibilidade financeira *versus* espaço fiscal

José Roberto R. Afonso
Professor do IDP e ISCSP/Universidade de Lisboa e consultor independente

Vilma da Conceição Pinto
Professora do IDP e diretora da IFI do Senado Federal

A evolução nominal nos últimos anos e o volume atual do saldo do caixa do conjunto de estados e municípios foram citados por autoridades econômicas e por executivos do mercado financeiro como razão básica pela qual se poderia reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (o ICMS) dos combustíveis.[1] A tese simplória é que como o caixa aumentou muito e se apresenta hoje volumoso, se poderia reduzir aquele imposto sem qualquer impacto fiscal ou cidadão.

Nem se vai aqui perder tempo em cobrar a mínima coerência intelectual em apresentar um gráfico[2] do desempenho em 2 décadas em valores históricos, em termos nominais – aliás, ignorando que a mesma variável já é publicada em pontos do PIB exatamente na mesma fonte primária (a dívida líquida do setor público, divulgada pelo Banco Central) em que se foram buscar tais dados (bastando apenas trocar uma por outra aba da mesma planilha).

O gráfico ao lado mostra essa evolução, mas olhando os dados em pontos do PIB e comparando União, estados e municípios. Pelo gráfico é possível observar que os créditos da União são significativamente maiores que o observado nas esferas estaduais e municipais e, nem por isso, essa informação isoladamente nos permite inferir sobre as condições da situação fiscal da União.

Curioso também que não se pensou em apurar qual foi a mesma evolução e o mesmo saldo do caixa do Tesouro Nacional – talvez já consciente que o mesmo raciocínio simplista poderia concluir que não apenas os combustíveis, como também os alimentos, saúde e muitos outros itens que pressionam a inflação, poderiam ter impostos e contribuições da União reduzidos.

A manipulação estatística e a leviana leitura econômica abrem uma oportunidade interessante para se conhecer mais como se estruturam as disponibilidades financeiras, mesmo focando exclusivamente na de estados e municípios, uma vez que a federal é contaminada pela gestão de sua imensa dívida mobiliária.[3]

O saldo de caixa, por si só, quer dizer pouco ou nada da saúde fiscal de um governo. O seu volume, visto isoladamente, pouco quer dizer, sem considerar quanto se arrecada, quanto se gasta, quanto se poupa, e, sobretudo, quanto se deve. O mesmo vale para o crescimento ainda constatado do saldo de caixa, que pode decorrer, por exemplo, da captação de empréstimos e do atraso de pagamentos de fornecedores, entre outros fatores. Isso sem falarmos das fontes de onde decorreram os recursos acumulados no caixa, que nem sempre são ordinários ou de livre uso, e, sobretudo no Brasil, tendem a ser majoritariamente formados por recursos vinculados – ou seja, só podem ser gastos com determinados objetivos e funções. Mas, ainda que este saldo tenha resultado de um processo de ajuste fiscal, de se controlar ou reduzir gasto abaixo da receita e de cortar dívida, se pode inferir que o prêmio para os austeros do passado será a perda de receita para o futuro?[4]

Neste quesito há um paradoxo ou poderia também dizer que há uma contradição, pois até antes da pande-

mia, exigiu-se dos estados reformas e ajustes em suas contas públicas e agora que se tem observado uma recuperação nas necessidades de financiamento – gráfico 2 –, os incentivos vão na direção contrária ao ajuste, trazendo uma sinalização ruim para futuros governos subnacionais.

Em que pesem essas questões, a análise das disponibilidades de caixa devem ser melhor contextualizadas. É preciso conhecer não só como evoluiu o caixa dos entes subnacionais no período recente, mas também compreender a composição desse caixa, tal como proposto pelo artigo nº 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)[5] e confrontá-las com as obrigações de despesas desses entes.

O demonstrativo de disponibilidade de caixa e restos a pagar é divulgado anualmente como parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal (RGF). O principal objetivo desse demonstrativo é o de ampliar a transparência referente ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesas e as disponibilidades de caixa de um determinado ente federado. Assim, a LRF prevê no artigo 42 que cada poder e órgão[6] do respectivo ente da Federação publique ao final de cada exercício financeiro um demonstrativo de disponibilidades de caixa e restos a pagar. Por meio desse demonstrativo também é possível ter um panorama do equilíbrio entre a inscrição de restos a pagar não processados[7] e as disponibilidades de caixa.

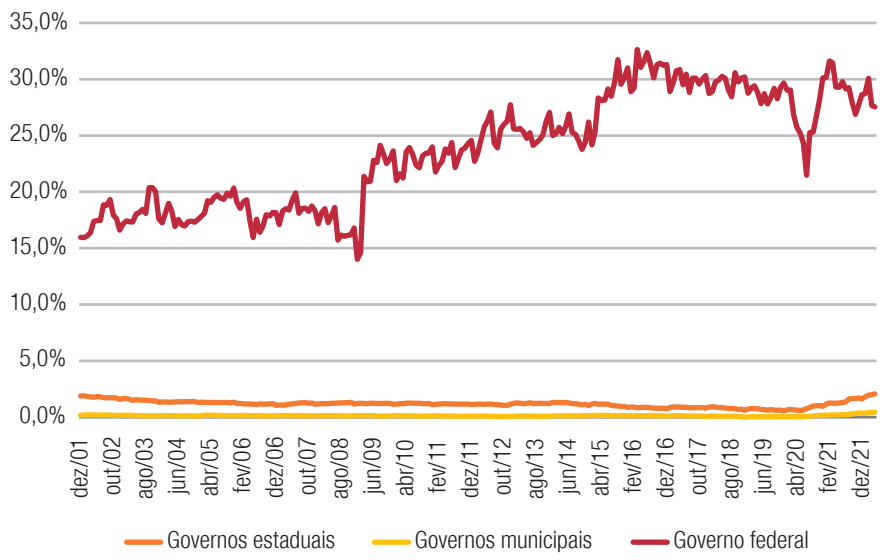
> Não apenas os combustíveis, como também os alimentos, saúde e outros itens que pressionam a inflação, poderiam ter impostos e contribuições reduzidos

Os valores são separados entre recursos vinculados e não vinculados. Essa segregação é extremamente importante, pois, por princípio, não é possível utilizar o caixa dos recursos vinculados com dotações de despesas diferentes daquelas aos quais elas foram destinadas.

Assim, caso haja acumulação de caixa em fontes de recursos vinculadas, será observado um efeito positivo sobre o resultado fiscal e sobre a dívida, no conceito líquido, sem que, necessariamente, implique aumento da liquidez (disponibilidade de recursos de livre aplicação).

Embora o demonstrativo de disponibilidade de caixa e restos a pagar seja divulgado apenas no último quadrimestre de cada exercício financeiro, é possível acompanhar o volume das disponibilidades de caixa dos entes por meio do demonstrativo de dívida consolidada. A grande vantagem é a possibilidade de obter informações em alta frequência (bimestral ou quadrimestral) sobre a situação de caixa dos estados, mas como desvantagem podemos pontuar que não é possível saber quanto deste caixa é vinculado e quanto é referente a recursos livres. Além disso, as duas fontes retratam informações diferentes, principalmente quando se observa as informações de disponibilidade de caixa líquida de

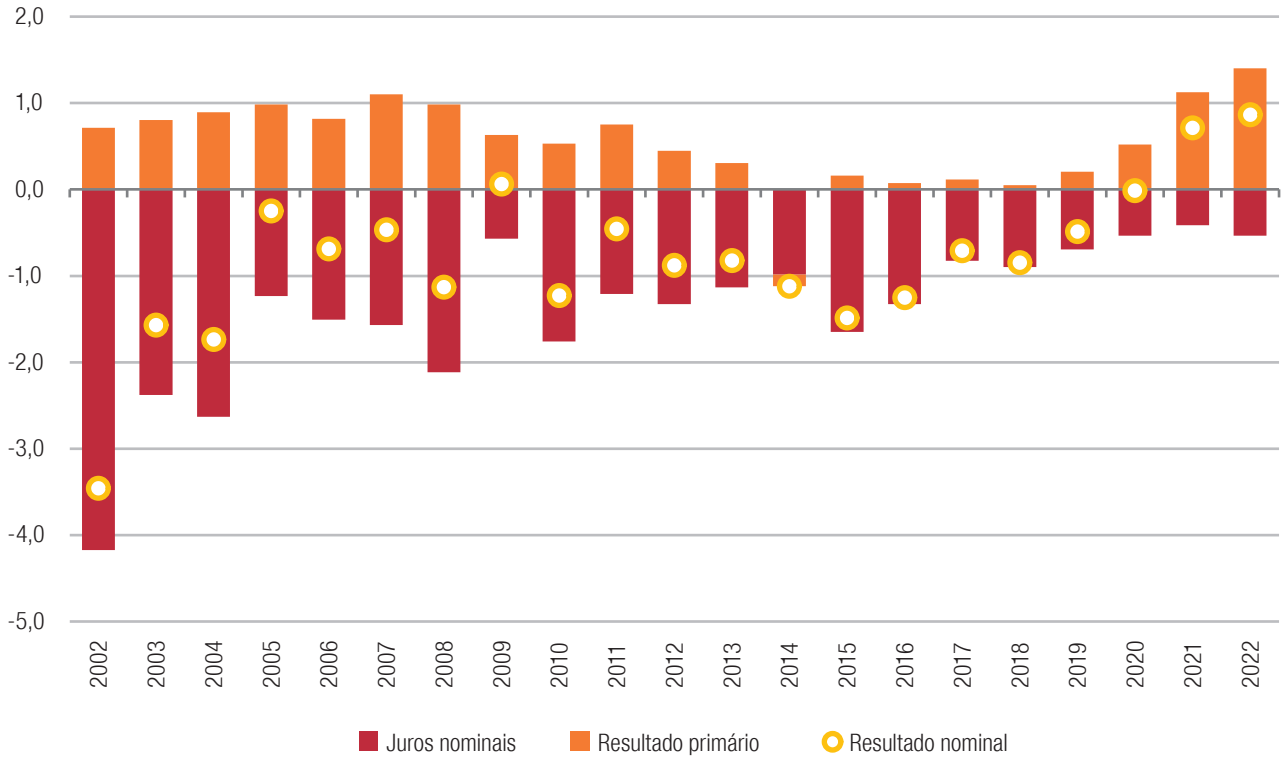
Gráfico 1 **Créditos do governo geral em % do PIB**



Fonte: Banco Central. Elaboração dos autores.

Gráfico 2 **Necessidades de financiamento dos entes subnacionais****

Em % do PIB (2002-2022*)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores. * 2022 acumulado em 12 meses até abril. ** (-) indica déficit.

restos a pagar processados.[8] A tabela 1 mostra o caixa dos estados para o ano de 2021, considerando a informação do demonstrativo de dívida consolidada líquida e o obtido no relatório anual de disponibilidades de caixa e restos a pagar.

A tabela 1 nos mostra que um primeiro ponto a levar em consideração quando se analisa a situação de caixa dos estados pela ótica dos demonstrativos de endividamento diz respeito à metodologia empregada em cada um dos relatórios. Enquanto o relatório de disponibilidades de caixa e restos a pagar apresenta uma visão mais geral do caixa, das obrigações e dos restos a pagar não processados, o demonstrativo de dívida retrata apenas a parcela do caixa que é classificada como dívida consolidada. O descompasso maior está na conta de obrigações, visto que a diferença entre o caixa líquido dos dois demonstrativos chegou a R$ 86,9 bilhões.

O segundo ponto é que o demonstrativo anual permite uma visão ampliada das disponibilidades de caixa, obrigações financeiras e restos a pagar não processados, desagregados entre a parcela vinculada e a de livre utilização, além de discriminá-las por poder e órgãos autônomos. Essa perspectiva permite traçar um melhor diagnóstico da situação de liquidez dos entes estaduais.[9]

Focando no caixa do Poder Executivo estadual,[10] observa-se que o crescimento em pontos percentuais do PIB do caixa bruto entre o período pré-pandemia (2019) e o atual (2021) foi da ordem de 1,3 p.p. Porém, as obrigações financeiras reduziram-se em -0,2 p.p. nesse período, fazendo com que o caixa líquido apresentasse expansão de 1,5 p.p. do PIB – tabela 2.

Na composição do caixa líquido, contudo, observa-se que apenas 31% são referentes aos recursos não vinculados. Ou seja, na gestão do caixa dos estados, esse recurso serve para cobrir despesas que, apesar de terem vinculação, possuem insuficiência de caixa ou para cobrir o que não tem vinculação (como salários, fornecedores, penitenciárias

Tabela 1 **Comparativo entre disponibilidade de caixa de alta frequência (DCL) e demonstrativo anual**

2021 em R$ milhões correntes

UF	Caixa bruto			Caixa líquido		
	Disp. de caixa (I)	DCL (II)	(II) - (I)	Disp. de caixa (I)	DCL (II)	(II) - (I)
AC	1.347	1.360	12	999	1.316	318
AL	4.990	4.166	-823	4.150	4.133	-17
AM	4.811	4.636	-175	4.411	4.468	57
AP	7.650	8.495	845	5.124	6.451	1.327
BA	11.135	11.135	0	10.121	10.706	585
CE	10.378	7.821	-2.557	8.428	7.601	-827
DF	5.286	5.316	31	3.706	3.966	260
ES	7.909	7.874	-35	7.101	7.380	280
GO	9.255	9.252	-3	8.110	8.562	451
MA	1.799	1.701	-98	239	795	556
MG	24.443	22.687	-1.756	-31.678	10.275	41.953
MS	5.459	5.460	1	4.783	5.332	548
MT	11.169	11.034	-135	10.181	10.702	521
PA	6.090	5.511	-579	4.998	4.910	-89
PB	5.469	5.113	-356	4.940	5.001	61
PE	6.308	6.287	-21	4.090	5.275	1.186
PI	4.465	4.396	-70	3.429	3.674	245
PR	20.212	20.147	-65	18.460	19.865	1.406
RJ	26.393	22.710	-3.683	12.197	12.514	317
RN	1.576	1.478	-98	-1.459	607	2.066
RO	5.973	5.530	-443	5.176	5.375	200
RR	2.304	2.339	35	1.420	1.900	480
RS	10.473	10.196	-277	-21.199	0	21.199
SC	13.364	6.629	-6.735	5.958	6.241	284
SE	1.412	1.466	54	761	1.459	698
SP	64.659	69.679	5.020	34.522	46.569	12.047
TO	3.142	2.996	-146	1.862	2.684	822
Total	**277.471**	**265.414**	**-12.057**	**110.828**	**197.761**	**86.934**

Fonte: Siconfi. Elaboração dos autores. * Os dados de disponibilidade de caixa foram obtidos somando as informações dos órgãos e poderes que divulgaram o relatório no Siconfi até a data de elaboração deste artigo. ** No demonstrativo DCL, quando os restos a pagar processados superam o valor do caixa bruto, o valor do caixa líquido fica em R$ 0,0.

etc.). Ou seja, caso haja uma redução muito expressiva do caixa mais adiante, alguns serviços essenciais podem ser interrompidos.

Em conclusão, muitos governadores e prefeitos sempre reclamaram da falta de incentivo e reconhecimento pelo esforço fiscal que realizaram, porém, agora se passará para uma fase inimaginável: punir a responsabilidade fiscal. Como o caixa é igual para todos, neste caso os governos não são diferentes de empresas, bancos ou famílias, onde ninguém responsável conclui que pode baixar sua receita apenas olhando o volume de recursos acumulados no caixa num dado momento do tempo.

[1]As Leis Complementares nº 192 e nº 194, ambas de 2022, alteraram a estrutura de arrecadação do ICMS, implicando redução da alíquota incidente sobre combustíveis, telecomunicações, energia elétrica e transporte coletivo de passageiros. No caso específico dos combustíveis, a LC 192 transformou a alíquota do ICMS sobre o diesel em um valor fixo por litro (*ad rem*) e único para todo o território nacional. Já a LC 194, ao considerar bens e serviços relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo como essenciais, fez com que os estados tivessem que reduzir as alíquotas tributárias referentes a esses itens.

[2]Um dos gráficos observado em apresentações de mercado corresponde à evolução dos créditos dos governos estaduais e municipais em valores nominais ao longo do tempo. O gráfico em questão é apresentado neste artigo, porém em pontos do PIB, separando estados e municípios e incluindo o caixa da União.

[3]Em 2014, escrevemos o *Texto de Discussão* nº 39, tratando tecnicamente sobre esse assunto. Para mais detalhes, ver: AFONSO, J. R.; PINTO, V. C. Disponibilidade e desvinculação financeira. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE). *Texto de Discussão* nº 39. Junho de 2014. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/disponibilidade-x-desvinculacao.pdf.

[4]Ver: https://www.conjur.com.br/2022-jun-29/fernanda-pacobahyba-maior-golpe-

Tabela 2 **Disponibilidade de caixa dos estados (Poder Executivo)**

R$ bilhões e % do PIB

	R$ bilhões correntes			% do PIB		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Disponibilidade de caixa bruta	**104,5**	**149,7**	**237,3**	**1,4**	**2,0**	**2,7**
Recursos não vinculados	**37,0**	**70,7**	**135,2**	**0,5**	**0,9**	**1,6**
Recursos vinculados	**67,4**	**79,0**	**102,1**	**0,9**	**1,1**	**1,2**
Recursos de operação de crédito (exceto Saúde e Educação)	8,7	8,0	9,1	0,1	0,1	0,1
Recursos vinculados ao RPPS	7,2	12,3	10,2	0,1	0,2	0,1
Educação	13,0	15,2	25,9	0,2	0,2	0,3
Saúde	9,2	14,8	17,2	0,1	0,2	0,2
Demais recursos vinculados	29,4	28,8	39,7	0,4	0,4	0,5
Obrigações financeiras	**140,7**	**140,3**	**151,9**	**1,9**	**1,9**	**1,7**
Recursos não vinculados	**85,2**	**91,1**	**108,9**	**1,2**	**1,2**	**1,3**
Recursos vinculados	**55,4**	**49,2**	**43,0**	**0,8**	**0,7**	**0,5**
Recursos de operação de crédito (exceto Saúde e Educação)	0,7	0,5	0,4	0,0	0,0	0,0
Recursos vinculados ao RPPS	11,3	11,9	3,6	0,2	0,2	0,0
Educação	13,4	10,2	13,3	0,2	0,1	0,2
Saúde	20,1	19,1	17,1	0,3	0,3	0,2
Demais recursos vinculados	10,0	7,6	8,6	0,1	0,1	0,1
Disponibilidade de caixa líquida	**-36,2**	**9,4**	**85,5**	**-0,5**	**0,1**	**1,0**
Recursos não vinculados	**-48,2**	**-20,4**	**26,3**	**-0,7**	**-0,3**	**0,3**
Recursos vinculados	**12,0**	**29,8**	**59,2**	**0,2**	**0,4**	**0,7**
Recursos de operação de crédito (exceto Saúde e Educação)	8,1	7,5	8,7	0,1	0,1	0,1
Recursos vinculados ao RPPS	-4,1	0,4	6,6	-0,1	0,0	0,1
Educação	-0,4	4,9	12,6	0,0	0,1	0,1
Saúde	-11,0	-4,3	0,1	-0,1	-0,1	0,0
Demais recursos vinculados	19,4	21,2	31,1	0,3	0,3	0,4

Fonte: Siconfi. Elaboração dos autores.

federacao-brasileira e https://braziljournal.com/opiniao-a-cruzada-anti-federalista/.

[5]De acordo com o inciso I do artigo 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), "a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada".

[6]Apenas poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

[7]Restos a pagar não processados correspondem à situação em que o governo cria uma obrigação de despesa, mas não executa no mesmo exercício financeiro (mesmo ano), deixando-a para liquidação e pagamento em exercícios seguintes.

[8]Os restos a pagar processados correspondem às despesas que foram empenhadas e liquidadas, mas que não foram pagas dentro do exercício financeiro em questão.

[9]Uma das métricas utilizadas para compor a Capag (capacidade de pagamento) corresponde ao indicador de liquidez. Esse indicador corresponde à razão entre as obrigações financeiras e as disponibilidades de caixa.

[10]Aqui a análise está concentrada apenas no caixa do Poder Executivo, devido à ausência de demonstrativo para todos os anos e para todos os poderes. Para fins de comparação interanual, é necessário que, para um mesmo estado, haja informação do mesmo número de poderes para todos os anos analisados.

FGV IBRE

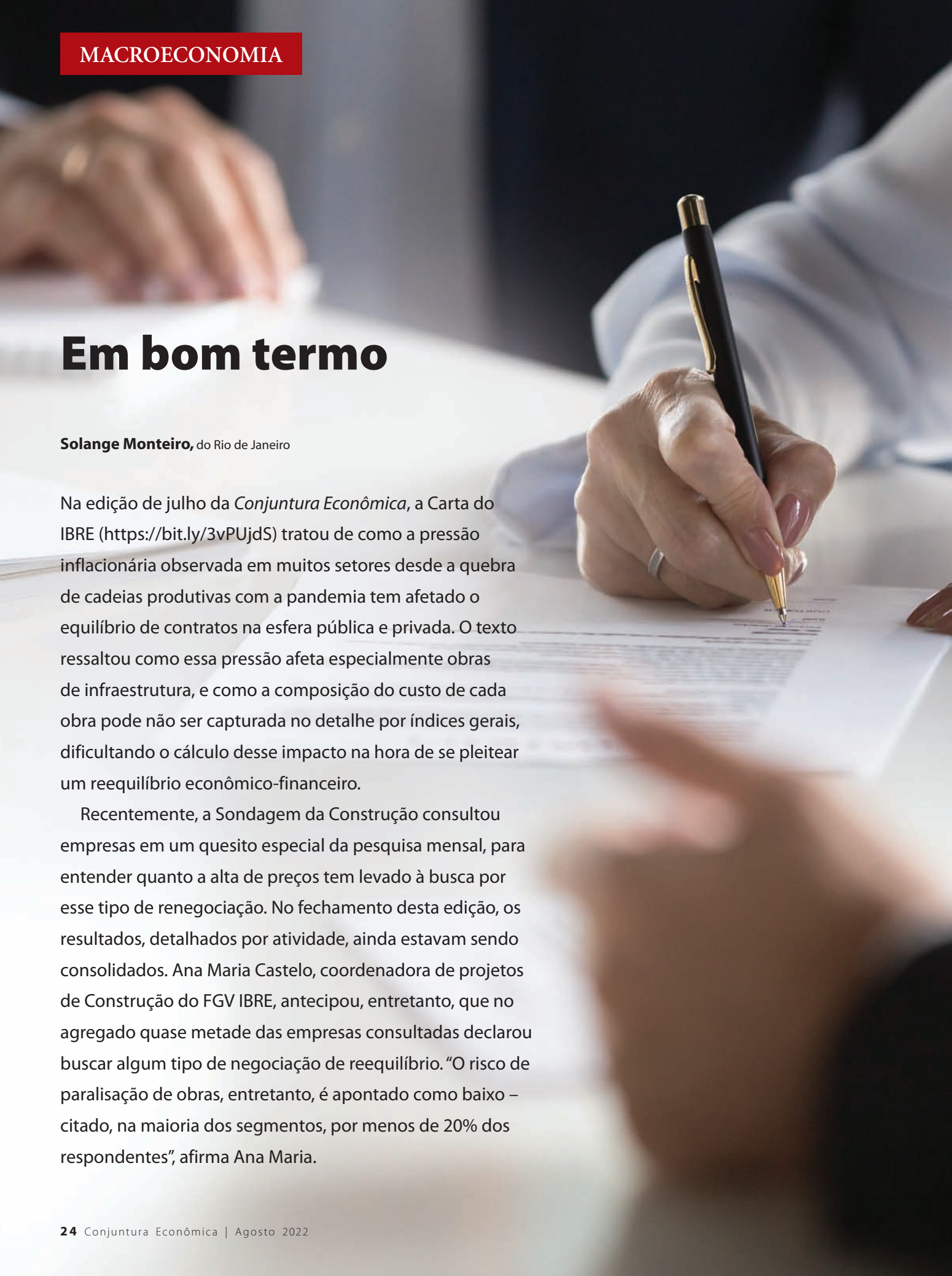


Agora, a revista de economia mais tradicional do país também é blog

Conheça este novo canal da *Conjuntura Econômica* e acompanhe, a cada semana, matérias e entrevistas que complementam e atualizam as análises que chegam mensalmente aos leitores.

Blog da CONJUNTURA
ECONÔMICA

Disponível em versão mobile e desktop
fgv.br/ibre/blog-da-conjuntura-economica



Em bom termo

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Na edição de julho da *Conjuntura Econômica*, a Carta do IBRE (https://bit.ly/3vPUjdS) tratou de como a pressão inflacionária observada em muitos setores desde a quebra de cadeias produtivas com a pandemia tem afetado o equilíbrio de contratos na esfera pública e privada. O texto ressaltou como essa pressão afeta especialmente obras de infraestrutura, e como a composição do custo de cada obra pode não ser capturada no detalhe por índices gerais, dificultando o cálculo desse impacto na hora de se pleitear um reequilíbrio econômico-financeiro.

Recentemente, a Sondagem da Construção consultou empresas em um quesito especial da pesquisa mensal, para entender quanto a alta de preços tem levado à busca por esse tipo de renegociação. No fechamento desta edição, os resultados, detalhados por atividade, ainda estavam sendo consolidados. Ana Maria Castelo, coordenadora de projetos de Construção do FGV IBRE, antecipou, entretanto, que no agregado quase metade das empresas consultadas declarou buscar algum tipo de negociação de reequilíbrio. "O risco de paralisação de obras, entretanto, é apontado como baixo – citado, na maioria dos segmentos, por menos de 20% dos respondentes", afirma Ana Maria.

Carlos Eduardo Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), afirma que um dos fatores que têm colaborado para evitar paralisações é a iniciativa de vários estados, municípios, e algumas estatais de se anteciparem na negociação de um acordo. "De meados de 2021 para cá, contabilizamos mais de 20 atos normativos publicados. Com isso, entes salvaram seus programas de obras, permitindo às empresas saírem da UTI e manter os contratos vivos", diz. Jorge cita o caso do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, que autorizou um encontro de contas trimestral entre a variação de preços e o valor de contratos. "Ainda que a lei defina que a periodicidade dos reajustes é a cada 12 meses, eles interpretaram esse tipo de antecipação como juridicamente possível para garantir o reequilíbrio necessário em um tempo de excepcionalidade", conta. Em contrapartida, o executivo da CBIC afirma que também está observando fenômenos preocupantes, como licitações desertas, por insegurança das empresas potencialmente candidatas quanto a seus contratos atuais e os riscos envolvendo novos. "Isso já aconteceu em licitações de obras de saneamento, rodovias e mesmo algumas obras de arte especiais, como pontes e viadutos", diz.

Gustavo Siqueira, CEO na América Latina da francesa Saint-Gobain Canalização, cujo faturamento se concentra em venda de tubos de ferro fundido e outros materiais para obras de água e esgoto, afirma que no primeiro semestre do ano a empresa pôde sentir o efeito da pressão de custos não só entre seus insumos de fabricação, como nos próprios contratos de fornecimento. "No nosso caso, mesmo com contrato assinado, a entrega de produtos só se dá mediante ordem de compra. E isso travou, com empreiteiras paralisando obras", diz. "Tivemos meses difíceis, como março e abril, em que olhávamos para a carteira sem saber o que iríamos expedir no mês. Algo difícil de imaginar, especialmente em ano eleitoral, que costuma ser forte em vendas", afirma, dizendo que nos primeiros 6 meses de 2021 a companhia faturou 35% do estimado para o ano. "Mas mantivemos a produção, e há sinais de que a demanda será recuperada no segundo semestre."

> Em momentos atípicos como o atual, provocado pelos choques sanitário e da guerra na Ucrânia, o desequilíbrio em um contrato é praticamente inevitável

Outro ponto levantado por Jorge, da CBIC, como positivo dentro da complexidade do momento é de se ter aberto o caminho para um maior uso de fórmulas paramétricas – conforme defendido na referida Carta do IBRE –, que levam em conta o peso correto de cada insumo, conforme a especificidade de uma obra, para calcular a variação de custo. "Isso aproxima o índice da realidade do contrato e facilita a demonstração de desequilíbrios em uma negociação, garantindo segurança para ambas as partes, por permitir uma maior precisão no cálculo", descreve Jorge.

Fórmulas paramétricas

No FGV IBRE, que conta com mais de 23 mil séries de índices de preços, uma das parcerias mais longevas na composição de fórmulas paramétricas é com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia que já trabalha com 31 índices específicos, em sua maioria desenvolvidos junto ao IBRE. "Costumo dizer que não só o DNIT aprendeu com o IBRE como o IBRE aprendeu com o DNIT, sobre a engenharia da infraestrutura pesada", diz Luiz Guilherme Roberto de Mello, diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT. "A FGV atua conosco precificando insumos mensalmente. Consegue entender essa conjunção, realiza a ponderação em função dos pesos em cada tipo de obra, e calcula o índice que representa a variação de preços em cada mês. É uma ciência. Apoiada em números, objetiva, transparente, aberta tanto para nós clientes quanto para os órgãos de controle. E isso nos dá segurança."

Mello reconhece que, em momentos atípicos como o atual, provocado pelos choques sanitário e da guerra na Ucrânia, o desequilíbrio em um contrato é praticamente inevitável. Situação ímpar cujo impacto, no passado recente, ele compara com a mudança de metodologia de reajuste de preço do asfalto pela Petrobras em 2018, para equivaler aos preços internacionais, que também só foi solucionada com a definição de ato normativo. O executivo reconhece que, desta vez, o impacto foi mais amplo, atingindo não apenas o asfalto como outros insumos importantes para o setor, como óleo diesel e aço. Até o final de julho, o DNIT ainda estudava a melhor proposta de reequilíbrio para apresentar às empresas. "Vários arranjos têm sido apresentados, e buscamos o mais adequado, cuidando para tampouco descumprir a lei", afirma o executivo. Mello ressalta que a escala de projetos da autarquia, que atualmente lida com cerca de 900 contratos ativos, envolvendo valores na casa dos R$ 40 bilhões, dos quais metade já está executada, torna mais complexa a busca por medidas de equacionamento, dada a impossibilidade de se lidar com soluções sob medida. O que reforça a importância de se trabalhar com índices aderentes à realidade de cada tipo de obra, encurtando etapas para se chegar a um número mais adequado. "São projetos que levam anos para serem concluídos, e ter um contrato desequilibrado é negativo, pois pode comprometer a entrega do objeto contratado. É sempre importante reconhecer o contrato como um instrumento bom para ambas as partes", afirma.

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler detalhou para a *Conjuntura* sua análise do atual momento para o equilíbrio de contratos (*ver box abaixo*). "Cabe perquirir a subsistência de um cenário de imprevisibilidade no atual aumento de preços", afirma, indicando que os cuidados do TCU quando verifica as propostas de reequilíbrio passa por fatores como se os aditivos de reequilíbrio econômico-financeiro

A chave do controle

Em entrevista ao Blog da Conjuntura Econômica (cuja íntegra pode ser acessada pelo link: https://bit.ly/3JtBXVo) o ministro Benjamin Zymler, do TCU, realizou uma detalhada análise de como o Tribunal percebe a conjuntura e os caminhos mais adequados para se garantir o equilíbrio financeiro dos negócios envolvendo contratos públicos. Abaixo, reproduzimos os principais pontos de atenção elencados pelo ministro.

As vertentes de preocupação do TCU em um acordo para reequilíbrio econômico-financeiro de contrato de obra pública:

a) se eventualmente estão sendo atendidos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos executados com recursos federais que não satisfaçam os pressupostos jurídicos necessários para a sua concessão;
b) por outro lado, se pleitos justos e procedentes não estão sendo atendidos por conta da inércia ou do receio dos gestores públicos, ocasionando a paralisação indevida de obras importantes para a sociedade;
c) a sobrecarga de trabalho que diversos pedidos de aditamento contratual podem ensejar nos órgãos e entidades da administração pública com maior vocação para a contratação de obras públicas;
d) se os aditivos de reequilíbrio econômico-financeiro estão sendo celebrados a partir de uma metodologia de cálculo adequada;
e) se a indústria de pleitos que está se instalando não aumentaria o cenário de insegurança jurídica dos administradores públicos e dos próprios particulares que contratam com o poder público;
f) os custos de transação e a ineficiência ocasionados pelo rito complexo e moroso do processamento de um termo de aditamento contratual de reequilíbrio econômico-financeiro, em comparação com um mero reajuste ordinário promovido por apostilamento do contrato;

estão sendo celebrados a partir de uma metodologia de cálculo adequada; "se a indústria de pleitos que está se instalando não aumentaria o cenário de insegurança jurídica dos administradores públicos e dos próprios particulares que contratam com o poder público"; bem como "o crescente risco moral ocasionado pelo incentivo gerado ao particular que promove oferta de preços inexequíveis nos certames licitatórios e consegue recompor sua remuneração por meio da apresentação de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro". A preocupação maior, diz Zymler, está entretanto na aprovação de soluções que realimentem a espiral inflacionária, "na medida em que os aumentos dos valores contratados por meio de reajustes ou de revisão de preços podem acabar onerando outros segmentos econômicos e sendo incorporados nas expectativas futuras de inflação dos agentes econômicos".

O advogado Jacoby Fernandes, sócio-fundador do escritório Jacoby Fernandes & Reolon, vice-presidente da Comissão de Controle de Gastos Públicos da OAB/DF, lembra que o artigo 337-h do Código Penal, introduzido pela nova Lei de Licitações (14.133), determina classifica como crime, sujeito à reclusão de 4 a 8 anos e multa, admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem em favor do contratado se esta não estiver autorizada em lei, edital da licitação ou nos instrumentos contratuais. E que, muitas vezes, o imperativo do controle leva a uma paralisia "em que o gestor não decide com temor do crime; mas ao mesmo tempo pode levar à quebra da empresa contratada". Jacoby observa que, para se optar pela busca de solução pela via do Judiciário, em geral é preciso aguardar em menos de 1 a 2 meses de realizado o pedido de reequilíbrio, como prazo de avaliação. "E, normalmente, o empresário toma essa decisão depois de pelo menos 3 meses do início do impacto de preços em sua operação. É difícil uma empresa que resista tanto tempo até um reequilíbrio econômico-financeiro", afirma.

g) e a volatidade atualmente exacerbada de preços não estaria sendo incorporada de forma permanente nos ajustes celebrados com a administração pública, já que muitos materiais de construção civil realmente passaram por altas significativas, mas depois voltaram aos patamares próximos aos que estavam antes da crise;
h) o impacto nas contas públicas ocasionado pelos reajustamentos contratuais; e
i) o crescente risco moral ocasionado pelo incentivo gerado ao particular que promove oferta de preços inexequíveis nos certames licitatórios e consegue recompor sua remuneração por meio da apresentação de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Conjunto de medidas que poderiam reduzir os impactos de uma inflação em contratos de obras públicas:

i. implementação do uso da matriz de riscos nos novos contratos administrativos, com vistas a ter regras e responsabilidades mais bem delimitadas, principalmente sobre os efeitos decorrentes de oscilações nos preços dos insumos;
ii. com o intuito de sistematizar, dar celeridade, incrementar a previsibilidade do particular, a segurança jurídica dos gestores públicos que serão incumbidos de examinar os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, sugere-se que os órgãos editem atos normativos específicos regulamentando os procedimentos de análise de pleitos de reequilíbrio, a exemplo da já mencionada Resolução DNIT nº 13, de 2/6/2021;
iii. negociação entre as partes, pois o cálculo do reequilíbrio do contrato não pode ser entendido como uma ciência absolutamente exata, comportando diversos pontos passíveis de discussão, tal como os documentos a serem apresentados, os parâmetros para demonstrar a variação dos custos e se a incidência do pleito será aplicada apenas sobre os serviços ainda não executados ou, também, sobre as parcelas da obra já liquidadas e pagas;

Um movimento positivo, reconhecido pelo mercado, é um incentivo mais vigoroso – inclusive da parte do TCU – à utilização da chamada matriz de risco em todos os contratos, onde se define a responsabilidade de cada parte no caso de situações de desequilíbrio. A "implementação do uso da matriz de riscos nos novos contratos administrativos, com vistas a ter regras e responsabilidades mais bem delimitadas, principalmente sobre os efeitos decorrentes de oscilações nos preços dos insumos" é uma das medidas que, aponta Zymler, pode colaborar para o equilíbrio econômico-financeiro ao mesmo tempo em que preserva o respeito aos contratos firmados. "A matriz de risco é um documento que está na nova Lei de Licitações, mas que também pode ser feita nos contratos regidos pela Lei nº 8.666", explica Jacoby. "Descreve-se na matriz os eventos e como mitigar ou solucionar o risco e, com o cuidado necessário na construção do texto, elimina-se o risco do agente público", descreve, abrindo caminho para acordos mais céleres.

Entre outras medidas citadas pelo ministro do TCU estão a edição de atos normativos específicos para "sistematizar, dar celeridade, incrementar a previsibilidade do particular, a segurança jurídica dos gestores públicos que serão incumbidos de examinar os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro"; a busca da arbitragem para a solução de controvérsias, e a adoção de uma cesta de índices setoriais específicos, "devidamente ponderados pela relevância de cada serviço na obra". "Há a premente necessidade de se resgatar o respeito aos contratos firmados, tanto por parte do poder público quanto por parte da iniciativa privada. A profusão de pleitos apresentados pelos particulares demonstra que, ao lado de pedidos justos, existem outros que são dignos de reprimenda pelo poder público. Mas essas medidas podem reduzir os impactos de uma inflação em um patamar transitoriamente mais elevado", conclui Zymler.

iv. estabelecer como marco inicial do reajuste dos contratos a data-base do orçamento estimativo da contratação, e não a data de apresentação da proposta, pois, no âmbito da nova Lei de Licitações e Contratos, o reajuste dos contratos será modificado pontualmente com a obrigação de o marco inicial para fins de reajustamento do ajuste ser contado a partir da data de elaboração do orçamento estimado, acabando com a possibilidade de o reajuste ter como termo *a quo* a data de apresentação da proposta pela licitante (artigos 25, §7º, e 92, §3º). Tal medida é extremamente salutar, pois acaba com a defasagem porventura existente entre a data de elaboração do orçamento estimativo da contratação e a data de apresentação das propostas. Quando o edital de licitação estipula o reajuste somente a partir de um ano da data limite para apresentação das propostas, o empreiteiro acaba por ser obrigado a ofertar o preço baseado em um orçamento já defasado, o que contribui para agravar o quadro atual;
v. aprimorar os mecanismos previstos para o reajuste dos contratos. Assim, em vez de utilizar um único índice geral ou setorial para ser aplicado uniformemente sobre todos os serviços da planilha contratual – o que pode favorecer o descompasso entre os preços de mercado e os preços contratuais reajustados –, sugere-se adotar uma cesta de índices setoriais específicos devidamente ponderados pela relevância de cada serviço na obra;
vi. não realizar licitações com desatualização do orçamento estimado. Ainda que a legislação atual (Lei nº 14.133/2021 e IN 73/2020) estabeleça "prazos de validade" da pesquisa de preços variando de 6 meses a 1 ano, o fato é que tal período de defasagem pode agravar a situação de desequilíbrio, notadamente nas fases iniciais do contrato, quando o executor ainda não faz jus ao primeiro reajuste contratual; e
vii. busca por métodos alternativos de resolução de controvérsias (arbitragem ou comitê de resolução de disputas), assim como de soluções consensuais, com o compartilhamento das responsabilidades, pelo menos para evitar disputas judiciais intermináveis e inevitavelmente provisórias e díspares.

3A BRASIL



SEJA O PRINCIPAL RESULTADO PARA O QUE O MERCADO BUSCA.

- 4 modalidades de referência no mercado, com a flexibilidade e a qualidade FGV.
- MBA FGV Presencial, MBA FGV Online, MBA FGV Live e MBA FGV Blended.

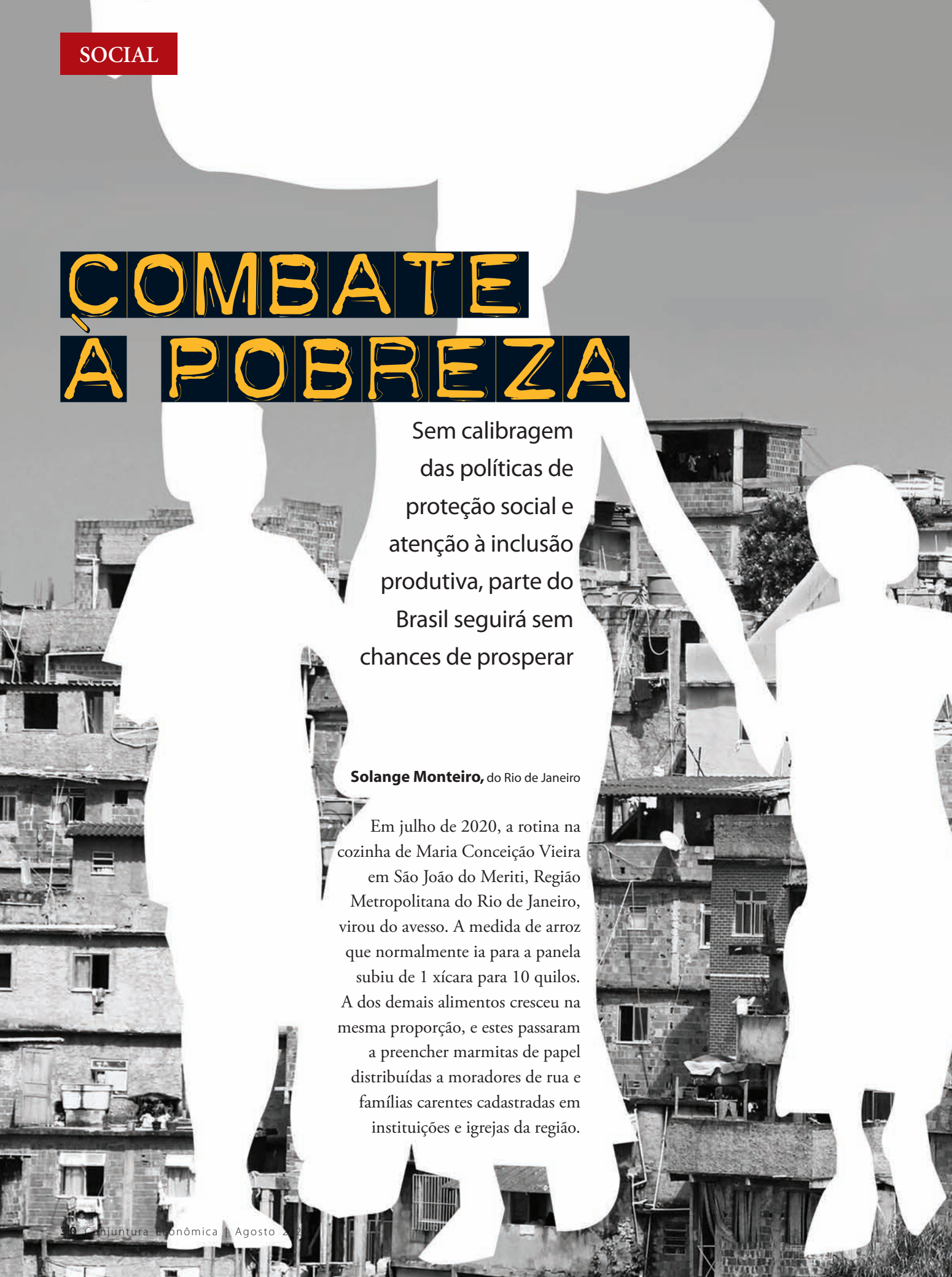
Você busca o melhor. Você encontra FGV.

SAIBA MAIS E INSCREVA-SE

fgv.br/mba

MBA FGV

É MAIS QUE MBA. É FGV.



COMBATE À POBREZA

Sem calibragem das políticas de proteção social e atenção à inclusão produtiva, parte do Brasil seguirá sem chances de prosperar

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Em julho de 2020, a rotina na cozinha de Maria Conceição Vieira em São João do Meriti, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, virou do avesso. A medida de arroz que normalmente ia para a panela subiu de 1 xícara para 10 quilos. A dos demais alimentos cresceu na mesma proporção, e estes passaram a preencher marmitas de papel distribuídas a moradores de rua e famílias carentes cadastradas em instituições e igrejas da região.



Tudo começou quando, ao ver a necessidade de muitos que perderam sua fonte de renda com a pandemia, Maria buscou ajuda da ONG Gastromotiva, na qual tinha estudado empreendedorismo em gastronomia para aprimorar a produção e venda dos bolos que fabricava para se manter. Apresentou à organização uma proposta de apoio à população vulnerável de seu entorno, que foi aprovada, e passou a receber treinamento, insumos e ajuda financeira para oferecer cerca de 400 refeições semanais. "Com o tempo, consegui três voluntárias de outros bairros, a quem ensinei as práticas de aproveitamento do alimento por inteiro, padronização das marmitas, plantio de temperos, e que também passaram a cozinhar. Sempre que conseguimos mais doações por nossa conta, ampliamos a quantidade de comida, para aliviar o estômago de mais gente", conta. Agora sob mentoria da UFRJ, Maria estrutura um plano de captação de recursos para garantir vida própria ao seu projeto de cozinha solidária Carolina Maria de Jesus, batizado em homenagem à catadora de papel que figura entre as primeiras escritoras negras publicadas no Brasil, autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de 1960. "Espero levar esse trabalho adiante, com recursos suficientes para ajudar financeiramente também os voluntários que estão comigo", diz.

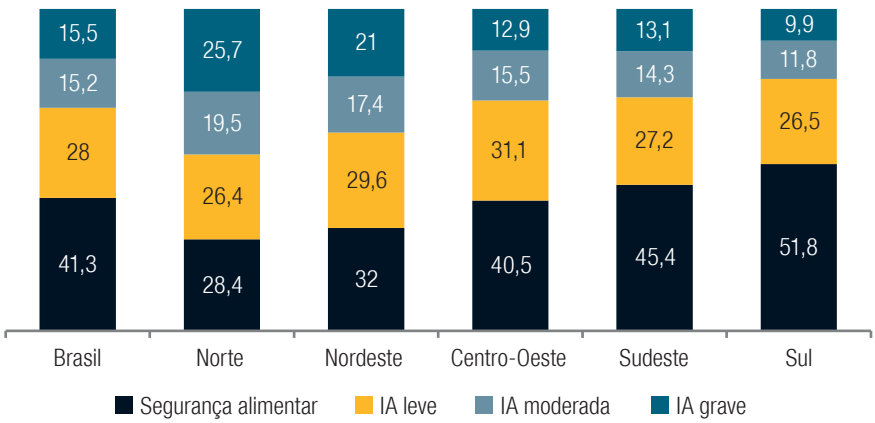
Maria é uma célula dentro de um universo de programas que surgiram para mitigar o preocupante aumento da insegurança alimentar no Brasil. Na Gastromotiva, a coordenação de uma rápida resposta ao choque da pandemia se deu a partir da captação de doações e da coordenação de turnos de 50 núcleos de cozinheiros que replicaram em favelas e periferias o modelo de trabalho do restaurante-escola Refettorio, localizado no bairro carioca da Lapa, de onde saem semanalmente 2,3 mil quentinhas que são distribuídas no Centro da cidade. Nesse misto de capacitação e serviço social que envolveu, em períodos distintos, o total de 150 cozinhas solidárias, a ONG impulsionou a distribuição de mais de 1,6 milhão de refeições em dois anos no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Manaus e Bahia. "Colaborou nesse período um aumento exponencial de editais emergenciais lançados no contexto da pandemia, a maioria voltada ao combate à fome, aos quais recorremos para ajudar a financiar nossas ações", conta Winnee Louise, especialista em Impacto Social da ONG fundada pelo *chef* David Hertz. Com a situação sanitária voltando ao normal, a oferta de editais de fomento a projetos de impacto social também registra o retorno a uma

particular normalidade, *non grata*, de queda, tendência que já vinha sendo observada antes da pandemia, diz Winnee. "Estudamos formas de garantir uma receita contínua, pois se a situação no campo da saúde já não é emergencial, a realidade da fome se mantém alarmante", afirma, destacando levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) feito entre novembro de 2021 e abril de 2022, apontando 33,1 milhões de pessoas em situação de fome no Brasil, contra 19 milhões na pesquisa feita em dezembro de 2020. Uma proporção que, em determinadas regiões do país, como Norte e Nordeste, supera a média observada na América Latina e Caribe calculada pela FAO.

A preocupação com a fome é a preocupação com uma das faces mais dramáticas da escalada da pobreza. Se aliviá-la é primordial, eliminá-la depende de uma agenda que se revela ainda mais desafiadora. Desde o início da pandemia, como reportado pela *Conjuntura Econômica* em meados de 2020 (https://bit.ly/3p08bOT) e de 2021 (https://bit.ly/3P6fteC), especialistas se debruçam no desenho de políticas para reformar o sistema de proteção social brasileiro e comportar dentro do Orçamento da União uma demanda ampliada, sob um contexto complexo também para a reinserção no mundo do trabalho. "Muito do setor informal foi destruído pela pandemia, e a economia brasileira se modernizou nesse período", lembra Ricardo Paes de Barros, especialista em estudos sobre desigualdade, pobreza e mercado de trabalho, coordenador da cátedra do Instituto Ayrton Senna no Insper. "As estratégias de sobrevivência dos mais pobres foram destruídas, e muitas não serão reconstruídas", diz.

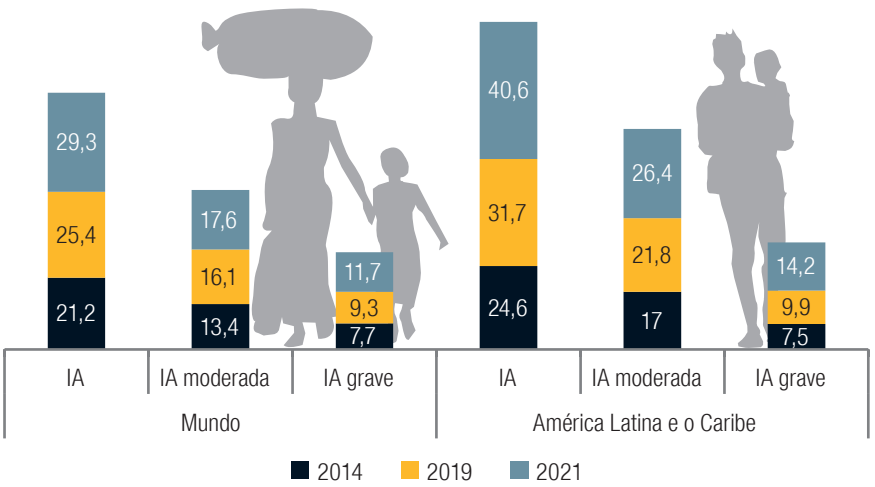
Fome, espelho da pobreza

Distribuição (%) da segurança e insegurança alimentar (IA) no Brasil 2021/22



Fonte: II Vigisan (https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf).

Insegurança alimentar (IA) no mundo e na América Latina e o Caribe



Fonte: FAO 2022 (https://www.fao.org/3/cc0640es/cc0640es.pdf).

Não basta orçamento

Até agora, os mecanismos acionados para mitigar o aumento da pobreza e da fome no Brasil desde o estouro da pandemia colocaram a população vulnerável em uma montanha-russa, como ilustra Marcelo Neri, diretor do FGV Social, e Marcos Hecksher, pesquisador do Ipea. Se de um lado o país não poupou em transferência de recursos para amparar a população logo no início do choque sanitário, os economistas mostram que a falta de um modelo de transição entre a primeira fase



Maria da Conceição Vieira mantém uma cozinha solidária em São João do Meriti (RJ)

Foto: Misael Gonçalo

do auxílio emergencial, encerrada em dezembro de 2020, e as demais etapas levou a uma variação no nível de pobreza cujo pico atingiu 238,5% – entre os 3,9% registrados em agosto de 2020 para 13,2% em março de 2021, mês anterior ao início da segunda fase do auxílio, elevando a pobreza novamente ao nível registrado no primeiro mês da pandemia. "A renda mensal dos 10% mais pobres já vinha em queda antes da chegada da Covid-19 ao Brasil e despencou a menos da metade no início do isolamento social (R$ 114 em novembro de 2019 a R$ 52 em março de 2020). Desde este mínimo, a renda do grupo foi mais do que quadruplicada até seu pico histórico em agosto do mesmo ano (R$ 215), na fase mais generosa do auxílio emergencial. Daquele valor de pico, desabou, ficando 15,8% abaixo do nível pré-pandemia (R$ 96 em novembro de 2021). E este último projeta tendência negativa, pois incorpora os valores nominais fixados do novo Auxílio Brasil face o cenário prospectivo de inflação alta, especialmente para a baixa renda", descrevem, em estudo.

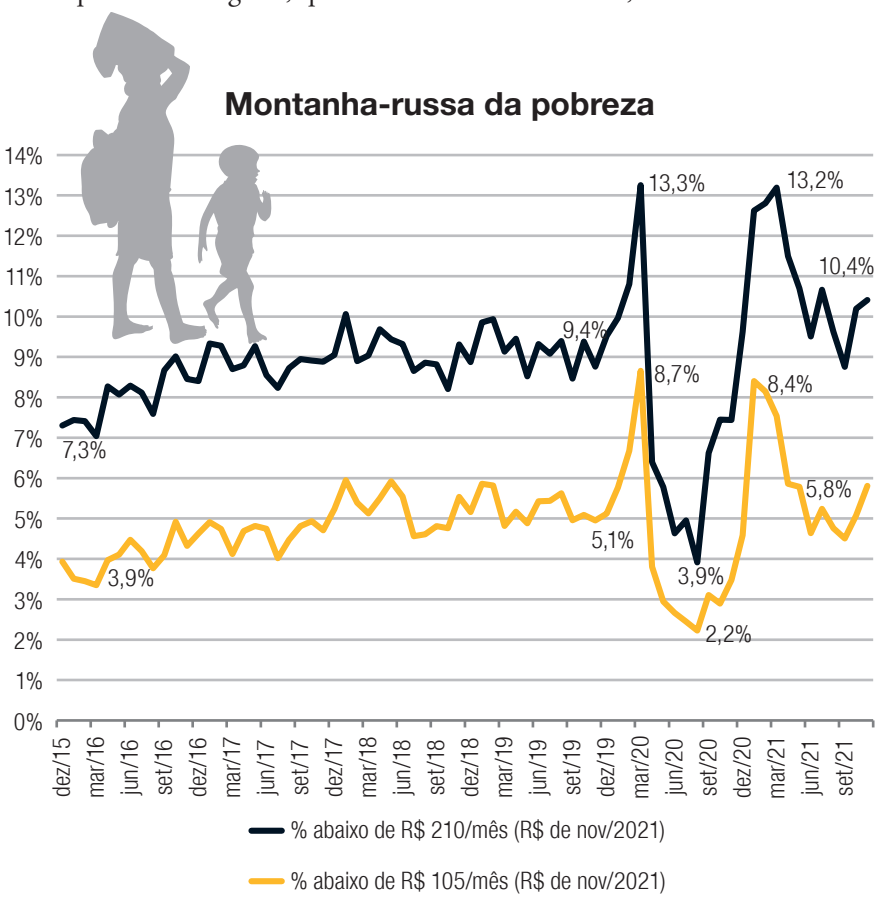
Tais conclusões conversam com outro levantamento, feito pela pesquisadora do FGV IBRE Janaína Feijó, que demonstra o salto e o tombo da renda da população mais pobre nos últimos anos. A partir de uma curva de incidência do crescimento – que permite analisar a mudança proporcional de um indicador de padrão de vida em dois pontos no tempo –, Janaína mostra que, enquanto a queda de rendimento médio no Brasil em 2020 comparando com 2019 foi de -4,6%, os 10% mais pobres registraram um aumento de 15%. "Em 2021, entretanto, nesse mesmo grupo a renda despencou 31,6%, para uma retração média, no agregado da população, de 6,6% em relação ao ano anterior", afirma, lembrando que tal variação se deveu especialmente à mudança no valor e cobertura dos benefícios que, por sua vez, passaram a ganhar mais importância no orçamento das famílias mais pobres. Janaína ressalta que a participação dos programas sociais na renda domiciliar *per capita* da população deu um importante salto, aumentando em mais de 10 pontos percentuais no Sudeste em 2021 em relação a 2019, e chegando a 80% do total no Nordeste.

E se o que se vê pelo espelho retrovisor é uma evolução pouco coordenada para o combate à pobreza de forma estrutural, o que os especialistas estimam adiante tampouco é alentador. Às vésperas de eleição

presidencial, com a pobreza escalando e a inflação corroendo renda, governo e Congresso decidiram por um aumento do benefício do Auxílio Brasil para R$ 600 até o fim do ano. Valor que, projetam pesquisadores e declaram candidatos à Presidência, permanecerá de 2023 para frente. "Ter um programa com mais recursos é um resultado extremamente bem-vindo. O Bolsa Família já precisava de um espaço fiscal maior para se tornar mais generoso", avalia Ricardo Paes de Barros, conhecido como PB, ressaltando que a linha de pobreza de R$ 210 por mês, que referencia o programa, é baixa. "A sociedade, entretanto, tem que pensar: ok, precisávamos disso. Mas onde queremos chegar?", questiona.

PB lembra que, diferentemente do histórico do Bolsa Família, que começou com a centralização e expansão ordenada de um grupo de programas sociais operados na gestão de Fernando Henrique Cardoso – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás –, hoje as decisões tomadas sobre o Auxílio Brasil ocorrem de forma tumultuada. "Em geral, tudo que aconteceu no Bolsa Família foi precedido de amplo debate. Eu mesmo cheguei a discordar de algumas mudanças, que ainda assim tinham sua lógica. Hoje, entretanto, as coisas são alteradas e não sei exatamente quem discutiu, em qual documento que está a base que justifica os valores, as maneiras de fazer esse benefício", afirma. O resultado dessa dinâmica, indica, é um programa de eficácia reduzida. "O auxílio emergencial até podia começar meio cego, dada as circunstâncias, mas não terminar cego, como no Auxílio Brasil. Hoje menos da metade das transferências públicas estão indo para os 20% mais pobres. E não adianta muito aumentar o orçamento do programa se ele não chega a quem mais precisa."

Vinicius Botelho, ex-secretário nos ministérios do Desenvolvimento Social e da Cidadania, ex-pesquisador do FGV IBRE, lembra que a principal causa dessa perda de eficiência foi o nivelamento do benefício básico, com a instituição por lei do auxílio extraordinário de forma permanente. A lei passou a valer em maio deste ano, garantindo a toda família beneficiária o valor de R$ 400, desconsiderando as diferentes demandas de cada uma – como a presença ou não de crianças, tal como no desenho original, que acompanhava a lógica do Bolsa Família. "Isso tem levado a dois efeitos importantes", diz Botelho, a começar pela própria redução da efetividade da política social. "Quando medimos se a família é pobre ou não, estamos medindo o rendimento *per capita*. Agora, como deixamos de considerar essa informação no pagamento de benefícios, tende a existir uma distância maior entre valores recebidos e a necessidade de cada família", descreve. Ou seja, supondo uma família formada de um casal com três filhos, esta ainda ficaria abaixo da linha da pobreza com o benefício de R$ 400, exigindo complemento do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP)



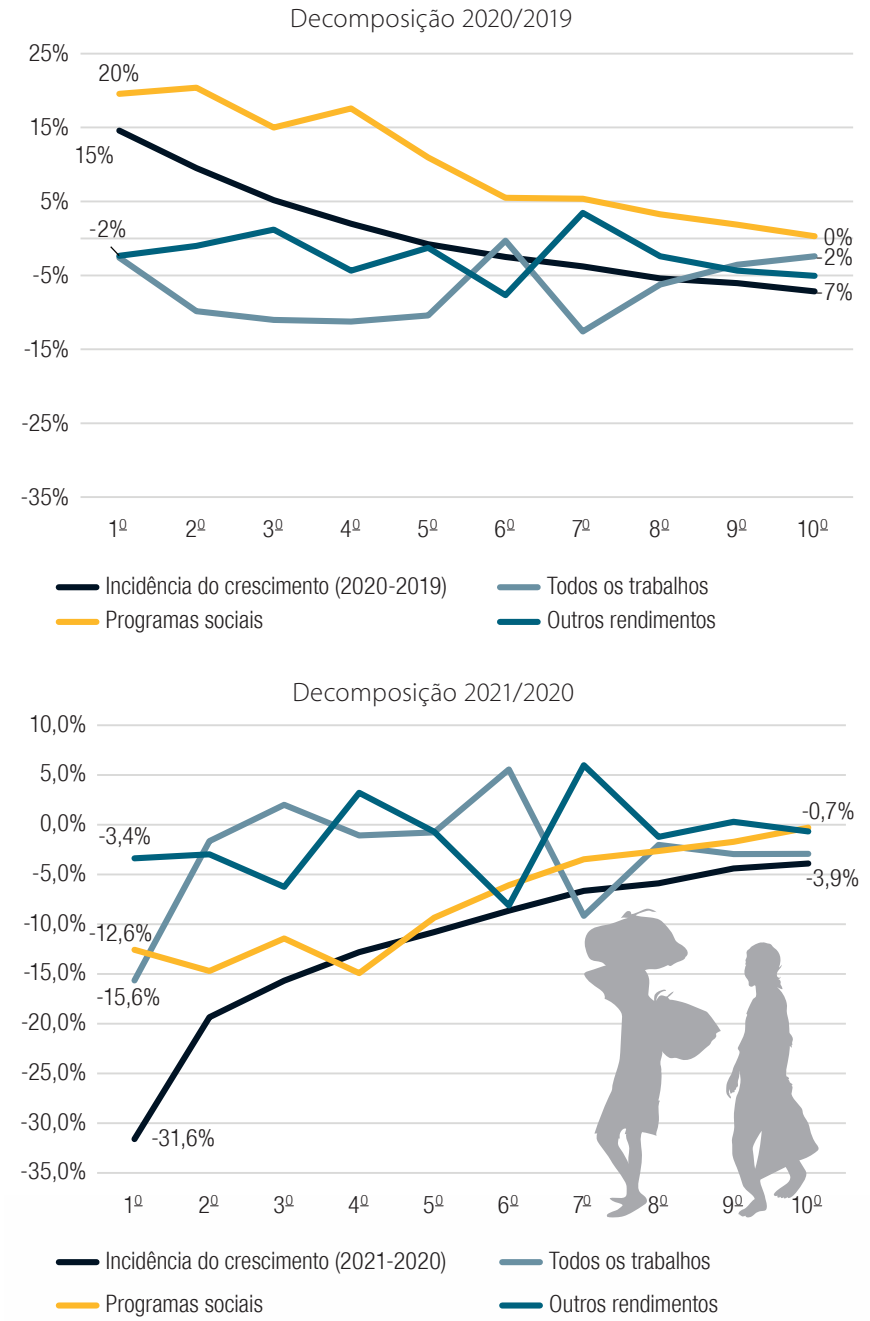
Fonte: FGV Social, elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE.

para alcançar o mínimo de R$ 105 *per capita*, enquanto em uma família unipessoal a renda *per capita* será de R$ 400. Tal disparidade levou a outro efeito, descreve Botelho, de estimular o fracionamento de famílias no Cadastro Único para garantir mais de um benefício. "Com a mudança drástica de valor do benefício, e esses incentivos perversos colocados, corremos o risco de reduzir estruturalmente a capacidade da política social de chegar nos mais pobres. Se essa divisão de famílias realmente se concretizar, vai demorar para ser revertida, e o Cadastro Único irá perdendo qualidade", afirma.

Tal diagnóstico é reforçado por PB, que ainda soma a esse quadro a desatualização de parte do Cadastro Único, "que já está próxima dos 50%", diz. "Estamos destruindo a base de conhecimento que usamos para gastar esse dinheiro todo que pedimos para a sociedade. Seja porque o Cadastro não está atualizado, seja porque estamos fazendo um cadastramento de qualquer jeito", reitera. O especialista defende que melhorar essa base depende da valorização da assistência local. "Se não for dado total apoio para o desenvolvimento social local, em particular para as equipes dos centros de referência da assistência social (Cras) realizarem esse cadastramento olho no olho, acompanhado de visitas domiciliares, não haverá um bom cadastro. E não adianta ampliar orçamento se a base informacional for precária."

Outro desafio, não menor, será encaixar no orçamento o aumento de despesa com o Auxílio Brasil a partir

Crescimento do rendimento domiciliar *per capita* médio



Fonte: FGV IBRE.

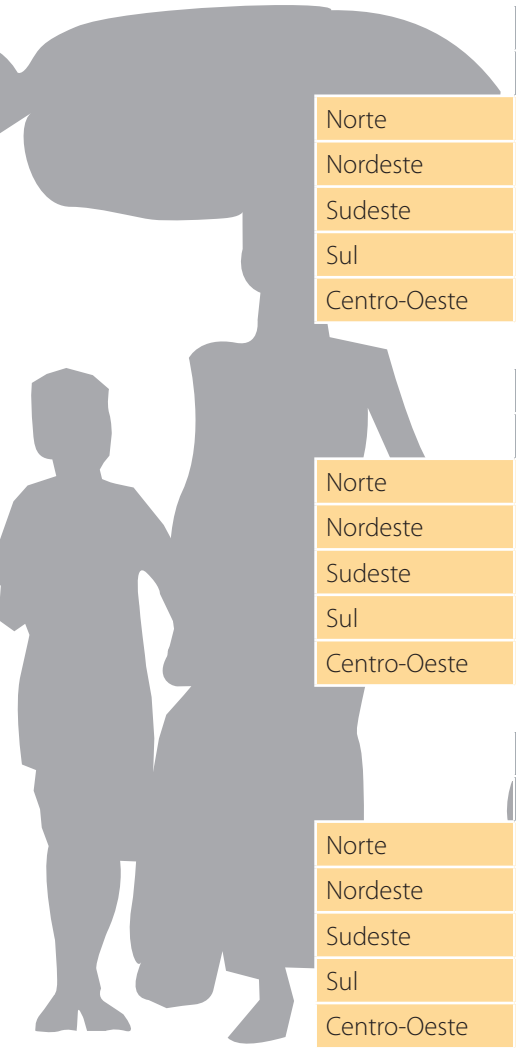


do ano que vem, caso se confirme a manutenção do benefício de R$ 600. Como mostrou Vilma da Conceição Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI) na entrevista deste mês (ver pág. 12), a manutenção dos R$ 600 ampliará o gasto em torno de R$ 47,5 bilhões para 2023, e esse valor precisa ser acomodado dentro do teto, cortando outros gastos. "O que temos: na Previdência, não se consegue mexer. Em gasto com pessoal, também não. Ao contrário, a pressão por reajuste deve ser ainda maior no ano que vem. E as demais despesas obrigatórias, que estão dentro do teto, não deverão ter mudança significativa a ponto de compensar esses R$ 47,5 bilhões", descreve.

Para Botelho, a atual combinação de inflação e aumento da pobreza reduz as chances de um retorno, no curto prazo, da agenda de revisão da política de proteção social, com corte dos programas que já perderam eficiência em busca de uma racionalização de gastos. "Não vejo ambiente para uma reforma da estrutura de benefícios, já que esta vai gerar perda de renda para os atuais beneficiários", diz. Para Botelho, um primeiro item da lista de tarefas a partir de 2023 seria liderar algum tipo de reforma que viabilize a mudança das fórmulas de cálculo do benefício, ainda que com expansão de gastos, mas que visasse uma volta à progressividade da política. "Se levarmos em conta que em 2019, no Bolsa Família, estimava-se que cada R$ 10 bilhões reduzia a pobreza em 1 ponto percentual, com o orçamento que temos hoje a pobreza medida pela linha de US$ 1,90 deveria ser reduzida a zero. Mas não é para onde estamos caminhando", afirma. "E a solução para sustentar a política, no patamar de despesas em que se chegou, provavelmente será acomodá-la no orçamento com revisão do teto de gastos. E quem pagará a conta, no final, será o equilíbrio macroeconômico", diz, ressaltando que, mantendo-se como está, essa equação só fechará com elevação de carga tributária ou de dívida – ou, ainda, uma combinação de ambas. "O fato é que, na atual conjuntura, uma rodada de racionalização de despesas com revisão de políticas se reduz muito", reforça.

PB, por sua vez, considera que um caminho essencial para uma política equilibrada é a atualização do Cadastro Único. "Se tivermos um bom cadastro, parte das pessoas que

Participação (%) de cada tipo de renda na renda domiciliar *per capita* dos 10% mais pobres, por região



	Renda do trabalho		
	2019	2020	2021
Norte	47,4	48	41,2
Nordeste	22,9	26,8	16,2
Sudeste	72,6	56,7	61,5
Sul	75,1	62,3	71,6
Centro-Oeste	73,5	60,5	69,2

	Programas sociais		
	2019	2020	2021
Norte	48,4	45,8	54,6
Nordeste	71,6	67,2	80,2
Sudeste	12,5	31,8	24,7
Sul	9,5	22,3	13,5
Centro-Oeste	12,5	29,3	20,4

	Outros rendimentos		
	2019	2020	2021
Norte	4	6,1	4,2
Nordeste	5,4	6	3,7
Sudeste	14,9	11,6	13,8
Sul	15,4	15,4	14,9
Centro-Oeste	14,1	10,2	10,5

Fonte: FGV IBRE com microdados do IBGE.

estão recebendo benefício deixará de receber, pois essas não ganham o que declaram. Com isso, se poderá, com o mesmo orçamento, até melhorar a distribuição do benefício entre os que mais precisam", diz. "E se com isso conseguirmos reduzir dramaticamente a desigualdade, esse programa pode até encolher", afirma, remetendo à ideia recorrente em suas apresentações, de que programa social bom é aquele que diminui no decorrer do tempo, provando sua eficácia. Por outro lado, ele defende a necessidade de se encarar as reformas necessárias para fazer com que o programa caiba dentro do orçamento. "De algum lugar esse recurso tem que sair, seja de um aprofundamento da reforma da Previdência; seja mexendo no conjunto de subsídios dados ao setor produtivo. E temos que ter certeza de que tiramos recursos de determinado lugar porque é mais importante estar no Auxílio Brasil. Ou seja: temos que saber de onde sai, e de onde sai tem que ser menos importante do que para onde vai."



Informalidade cotidiana

Para Ricardo Paes de Barros, o Brasil se diferencia de outros países pela magnitude alcançada pelo setor informal.

Dono de seu bem-estar

A importância de se abrir espaço fiscal se dá não apenas para enquadrar o Auxílio Brasil no orçamento, afirmam os especialistas, mas para abarcar as demais demandas de uma agenda que vise combater a pobreza de forma estrutural de fato, e que incluem medidas no campo da educação e da reinserção laboral. Estudos realizados pelos pesquisadores em mercado de trabalho do FGV IBRE apontam a importância crescente da educação para a conquista de um bom emprego. Por exemplo, ao analisar o perfil dos desalentados – aqueles que estão fora dos índices de desemprego por deixarem de procurar uma vaga, mesmo querendo exercer uma atividade remunerada – mostram que mais de 60% não completaram o ensino médio, reforçando uma tendência crescente de redução dos grupos menos escolarizados no mercado de trabalho. "Na pandemia, sacrificamos drasticamente a população em idade escolar", lembra PB. Levantamento do Todos pela Educação com dados da Pnad Contínua no início deste ano mostrou que, nos domicílios, a avaliação era de que 71% dos estudantes que chegaram ao terceiro ano fundamental não sabiam fazer contas básicas de matemática, e 54% não tinham habilidades básicas de leitura. "Mais do que um impacto educacional, foi um impacto muito desigual, que afetou mais as crianças sem acesso digital e sem condições de estudar em casa", diz PB. Uma evidência nesse sentido vem do Censo Escolar, que apontou que alunos do ensino médio moradores na Região Norte registraram o dobro da taxa de abandono escolar observada na média nacional, com 10% em 2021.

Recuperar essa perda e desenvolver o potencial desses jovens é chave para que estes não restrinjam seu horizonte laboral, futuramente, em atividades informais e de baixa produtividade – tema acompanhado com lupa pelo Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do FGV IBRE (https://bit.ly/3PdHxfP) –, que lhes proverão baixa remuneração em um ambiente de extrema volatilidade. Para PB, essa dualidade presente no mercado de trabalho brasileiro, de coexistência do trabalho formal e informal, ganhou uma magnitude grave e cada

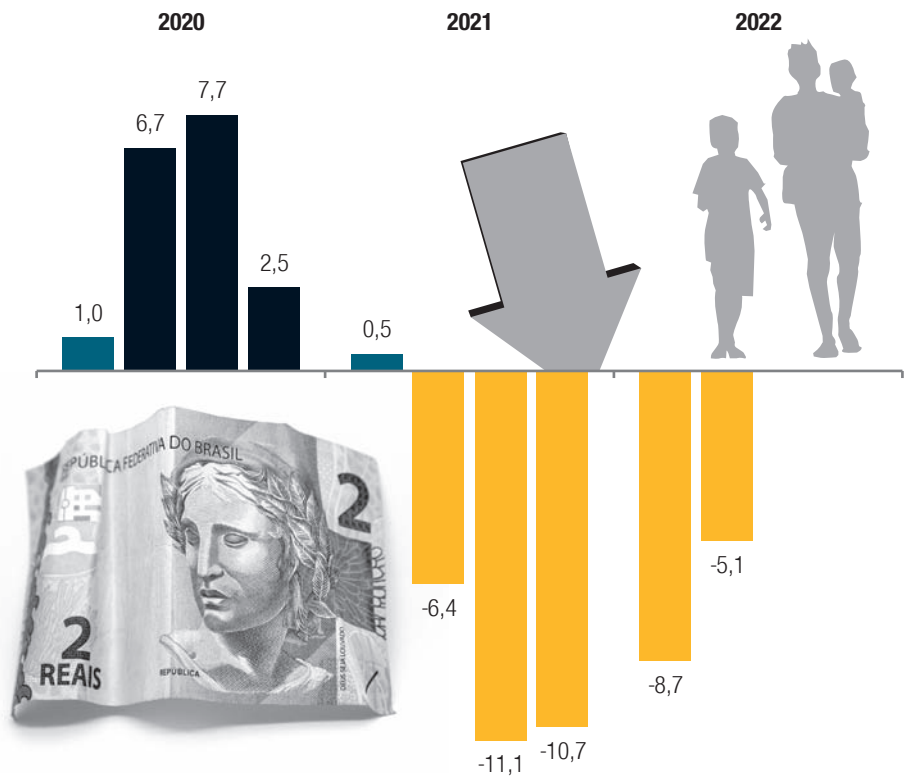
vez mais desafiadora. "Tornamos aceitável os pobres passarem décadas criando estratégias de sobrevivência no setor informal. No Brasil, essa prática correu muito mais solta do que em muitos países", diz. "Mas passada a pandemia, com a modernização e digitalização observadas, parte dessas atividades foi aniquilada, e essa informalidade improdutiva não vai conseguir voltar. Então temos um desafio de pegar essas pessoas e trazer para o século 21", diz.

Os pesquisadores do FGV IBRE têm colaborado para o debate em torno de soluções. Uma camada intermediária de apoio se reflete no documento que inspirou a proposta da Lei de Responsabilidade Social, de coautoria do pesquisador Fernando Veloso. Ela prevê uma poupança-seguro formada por um depósito mensal do rendimento do trabalho do beneficiário, sujeita a teto, que pode ser sacada em situações específicas de queda de renda, e que serviria de colchão para que os trabalhadores em situação de vulnerabilidade garantissem um suporte, como um seguro-desemprego. Uma segunda frente de colaboração é no campo das políticas de capacitação e intermediação de mão de obra, resumidas na Carta do IBRE de abril (https://bit.ly/3A4OtYm). Na frente da intermediação de mão de obra, os pesquisadores propõem aprimoramentos no Sistema Nacional de Emprego (Sine) divididos em dois eixos. O primeiro, de aumento de eficiência nesse trabalho com a incorporação de tecnologias digitais, "de modo a reduzir a assimetria de informação e aprimorar o mecanismo de pareamento (*matching*) entre empresas e trabalhadores". E, o segundo, a integração do Sine com empresas privadas de intermediação, que poderia ocorrer disponibilizando o acesso aos dados cadastrais desidentificados de trabalhadores inscritos no Sine, ou com a inclusão de agentes privados à rede de atendimento provida por estados e municípios, para atingir uma maior efetividade em sua ação.

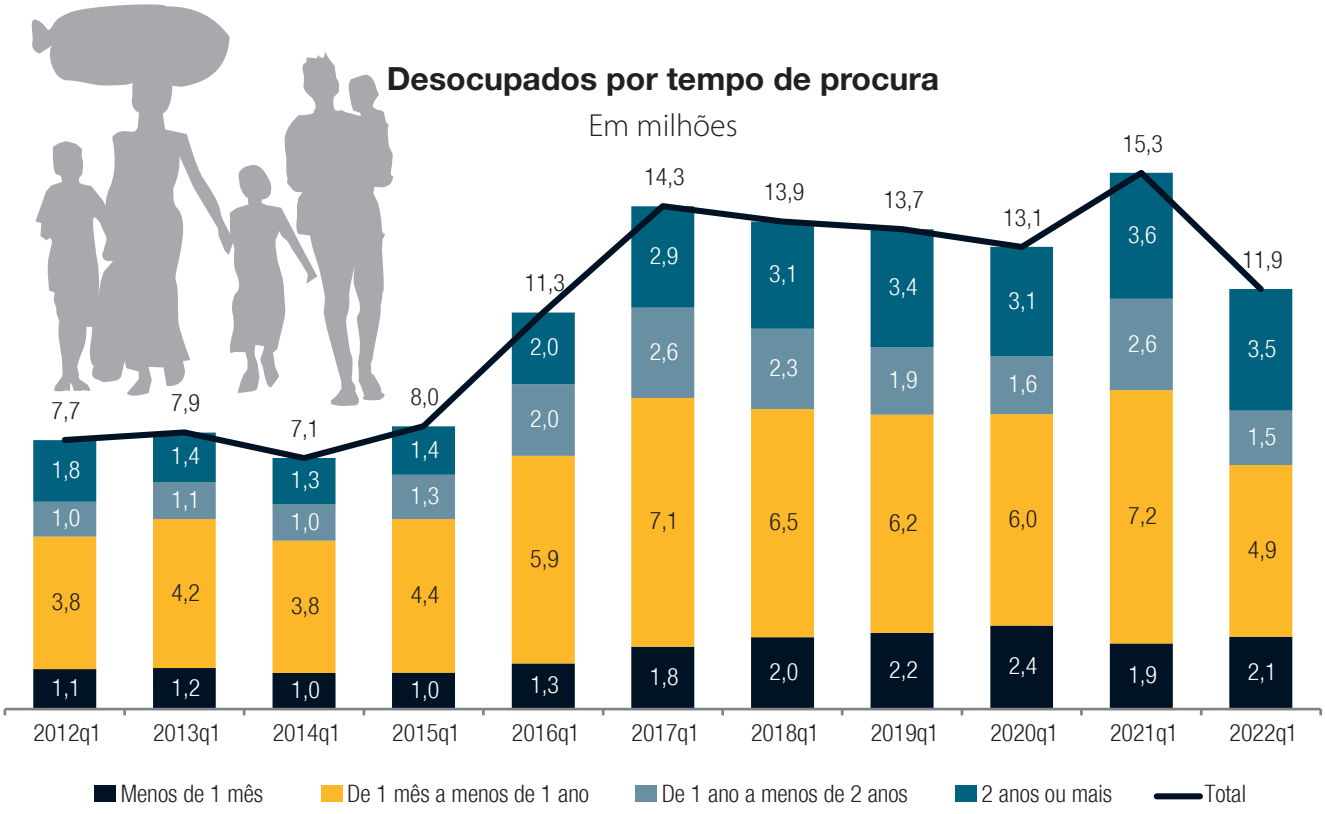
Outra frente de contribuições registrada na Carta é no campo da qualificação, de aprimoramento da política do Pronatec-Mdic, que já mostrou resultados no aumento da empregabilidade. Uma proposta é melhorar a captura de informação sobre a demanda de qualificação profissional com a disponibilização de um *voucher* para as empresas que permita a capacitação de um futuro funcionário ou a requalificação de um empregado. Isso "evitaria que fosse oferecida qualificação profissional em competências nas quais as empresas não têm interesse em contratar", afirmam os pesquisadores. Outra política descentralizada é o contrato de impacto social – proposta no PLS 338/2018, que tramita no Senado –, na qual "a empresa contratada para ofertar o

Rendimento médio real de todos os trabalhos: lenta recuperação, com reflexo da composição

Variação (%) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior



Fonte: PNADC/IBGE.



Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados da Pnad Contínua (IBGE).

serviço somente seria remunerada se cumprisse uma meta de empregabilidade do grupo que realiza o curso de qualificação", descreve a Carta.

Paes de Barros considera importante a participação da sociedade civil, academia e setor produtivo, no desenvolvimento de tecnologias voltadas a essa reinserção. "O governo muitas vezes carece de tempo e capital humano suficientes para desenvolver esses métodos. E pode-se contar com uma série de organizações da sociedade civil para implementar essas ações. Até o próprio sistema S, desde que este baixe a bola para chegar no extremamente pobre. Os recursos, entretanto, terão que sair do governo, porque só ele será capaz de bancar a cifra necessária", diz.

Como aponta a Carta do IBRE desta edição (*ver pág. 6*), mesmo com a taxa de desemprego ter fechado o primeiro semestre no menor nível desde 2015, com 9,3% em junho, o mercado de trabalho brasileiro apresenta uma série de características que refletem um cenário de fragilidade, com rendimento baixo, taxa de participação ainda abaixo do nível pré-pandemia – se alcançasse a média de 2017-19, ainda estaríamos com desemprego de dois dígitos –, alto desemprego de longa duração. E com um horizonte sombrio, dada a inflação alta e estimativa de um ciclo intenso de alta de juros e retração econômica em 2023, de 0,3%, como aponta o Boletim Macro de julho. Elementos que tornam a tarefa de reinserção produtiva ainda mais complexa.

"Neste momento, é preciso uma política que acredite na capacidade dos brasileiros. Será preciso bastante dinheiro para fazer isso, e por enquanto ainda estamos olhando demais para a transferência de renda", diz PB. "Mas temos cerca de 10% de nossos trabalhadores com uma incrível dificuldade de se reinserir na economia, e não queremos tratar essas pessoas – entre elas, jovens adultos de 30 anos – para sempre como beneficiárias de transferência de renda", diz, defendendo uma visão mais humana do atual desafio de combate à pobreza. "Atualmente, jogamos fora o paradigma do desenvolvimento humano, mergulhados em uma política social que ou quer proteger as pessoas, ou quer o voto delas. Mas não podemos deixar de acreditar em seu potencial", conclui. Tal como o da Maria, que conhecemos no começo desta história, que aos 58 anos continua disposta a empreender, e a ajudar os demais a se reerguerem.

NA CONTRAMÃO



A aprovação da oferta de empréstimo consignado a beneficiários do Auxílio Brasil – que também vale para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e para a Renda Mensal Vitalícia (RMC) –, sancionada no início de agosto e que ainda aguarda regulamentação, tem sido observada com preocupação por especialistas e tratada com reticência pelos maiores bancos privados. A medida, que permite comprometer até 40% do benefício com empréstimo, não tem limite de taxa de juros cobrada, e reportagens já dão conta da existência de pré-cadastros em instituições financeiras com juros de até 86% ao ano.

"A grande crítica feita a essa medida é o risco de se desvirtuar o propósito do programa de transferência de renda, já que não garante um excedente para além das necessidades básicas", afirma o economista Alex Araújo, ex-secretário de Desenvolvimento Local e Regional do estado do Ceará. "Ao contrário, parte da renda das famílias será comprometida com pagamento de juros. É como dar a oportunidade de melhorar um pouco o consumo de hoje colocando o futuro em risco", afirma.

Para Araújo, a medida mais adequada de apoio às pessoas em condição de pobreza ou pobreza extrema é a própria calibração da política de transferência direta – no caso, o Auxílio Brasil – de modo a garantir um nível mínimo de qualidade de vida para suas famílias. "Essa população já vive em um nível de exclusão tão grande que tende a consumir tudo o que puder naquele momento, pois tem dúvidas sobre como será o dia seguinte. E não tem consciência de que crédito a juros altos é um monstro que se alimenta dele mesmo", diz. "Na medida em que, com esse pagamento do empréstimo, lhes faltar recursos para o financiamento corrente, poderão buscar recursos adicionais em outras fontes caras, no comércio do bairro, e chegar a um ponto em que o endividamento total comprometa completamente os benefícios futuros."

O próprio microcrédito, cujo saldo de operações no Brasil registrou quase 40% de aumento nos últimos 2 anos, tampouco é um complemento que cabe em todos os perfis de baixa renda, afirma Araújo. "Esse tipo de crédito em geral é destinado para aqueles que já têm uma atividade produtiva, e não alcança famílias que têm vulnerabilidade social mais forte. Nesses casos é preciso pensar em algo mais estrutural", ilustra. Araújo conta que, em 2016, o Banco do Nordeste fez um convênio com o Ministério da Cidadania que permitiu o cruzamento de bases de dados do banco com o Cadastro Único, identificando que 55% do público do microcrédito era beneficiário do Bolsa Família.

O economista destaca que, dos três grupos em que o microcrédito é dividido na literatura econômica – para necessidades emergenciais de consumo, para habitação, e o produtivo – no Brasil apenas este último é tratado como política pública, com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO, de 2005). "Essa escolha parte da premissa que está se financiando algo relacionado a uma alternativa econômica para o beneficiado, cujo fluxo de caixa permitirá pagar a dívida. Isso reflete a preocupação com evitar superendividamento e ter uma sustentabilidade econômica na operação", explica, reforçando o diagnóstico que a nova medida do consignado vai na contramão da prudência exercida nas políticas até agora vigentes.

Araújo ressalta a complexidade de se conter o risco implícito na nova medida. O ideal, defende, seria que esse consignado fosse de natureza temporária, com uma janela de duração definida. "Em segundo lugar, que se trabalhasse a questão da educação financeira, que seria um complemento importante", diz, tal como se observa nas iniciativas de microcrédito. "Neste caso, entretanto, tampouco sei se haverá tempo suficiente, pois várias instituições já começaram a formatar produtos para ofertar no mercado", conclui. (*S.M.*)

OBSERVATÓRIO DA PRODUTIVIDADE
REGIS BONELLI

Uma medida de força para a economia

O **FGV IBRE** elegeu a produtividade como uma das preocupações centrais para o debate sobre o desenvolvimento do país. O site **Observatório da Produtividade Regis Bonelli** reúne uma ampla base de dados sobre a produtividade, fornecendo informações para uma maior compreensão do tema e contribuindo para a formulação de políticas públicas que possam impulsionar o crescimento.



Acesse o site
Observatório da Produtividade Regis Bonelli
Disponível em versão mobile e desktop
https://fgv.br/ibre/observatorio-produtividade

A captura de carbono no Brasil: *getting ready*

Fernanda Delgado
Diretora executiva corporativa do Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP) e professora de Geopolítica do Petróleo e dos Recursos Naturais da FGV

A entrada em vigor do Protocolo de Quioto em 2005 lançou as bases para um mercado global de carbono, composto por diferentes mercados regionais, nacionais e internacionais. A ideia desse mercado é ser um mecanismo que busca resolver problemas ambientais associando-os a ferramentas econômicas.

No mercado de crédito de carbono, um certificado eletrônico é emitido quando há diminuição de emissão de gases que provocam o efeito estufa, gerador de aquecimento global. Especificamente, um crédito de carbono equivale a uma tonelada de dióxido de carbono (CO_2) que deixou de ser emitida para a atmosfera. Aos outros gases também causadores do efeito estufa, tais como metano (CH4) e óxido nitroso (N2O), são emitidos créditos, utilizando-se uma tabela de equivalência entre cada um dos gases e o CO_2. Dessa forma, empresas que conseguem diminuir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) obtêm esses créditos, que são considerados *commodities*, podendo vendê-los nos mercados financeiros. Em geral, os compradores desses créditos são empresas no exterior que, em função do Protocolo de Quioto, têm metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa, mas não conseguem atingir o patamar determinado. Assim, a compra dos créditos permite-lhes manter ou aumentar suas emissões.

Existem dois tipos de mercado de carbono: o regulado e o voluntário, possuindo participantes, abrangência, regulamentos e regras específicas, sendo o mercado regulado vinculado a um marco regulatório e o mercado voluntário a um mecanismo de compensação sem vínculos regulatórios. De modo simplificado, mercados regulados são sistemas que atuam em nível internacional, nacional ou regional, onde por meio de um marco regulatório se estabelece um limite máximo de emissão de GEE (*cap*) e os agentes que emitem abaixo desse limite podem negociar (*trade*) seus direitos de emissão (*allowances*) com os que emitem acima desse limite. Por sua vez, os mercados voluntários são tidos como mecanismos de compensação, onde não há limites máximos de emissão definidos por regulação aos agentes. Embora as metas de redução de GEE não sejam reguladas, elas atendem a metodologias de determinados padrões liderados, em geral, por organizações não governamentais que geram resultados de redução de emissão de GEE na implementação de projetos. As reduções de emissão são comercializadas entre empresas e indivíduos e atendem a uma meta voluntária corporativa ou individual com créditos gerados por meio de processos certificados por terceira parte, alinhados aos princípios e metodologias que variam entre os padrões existentes.

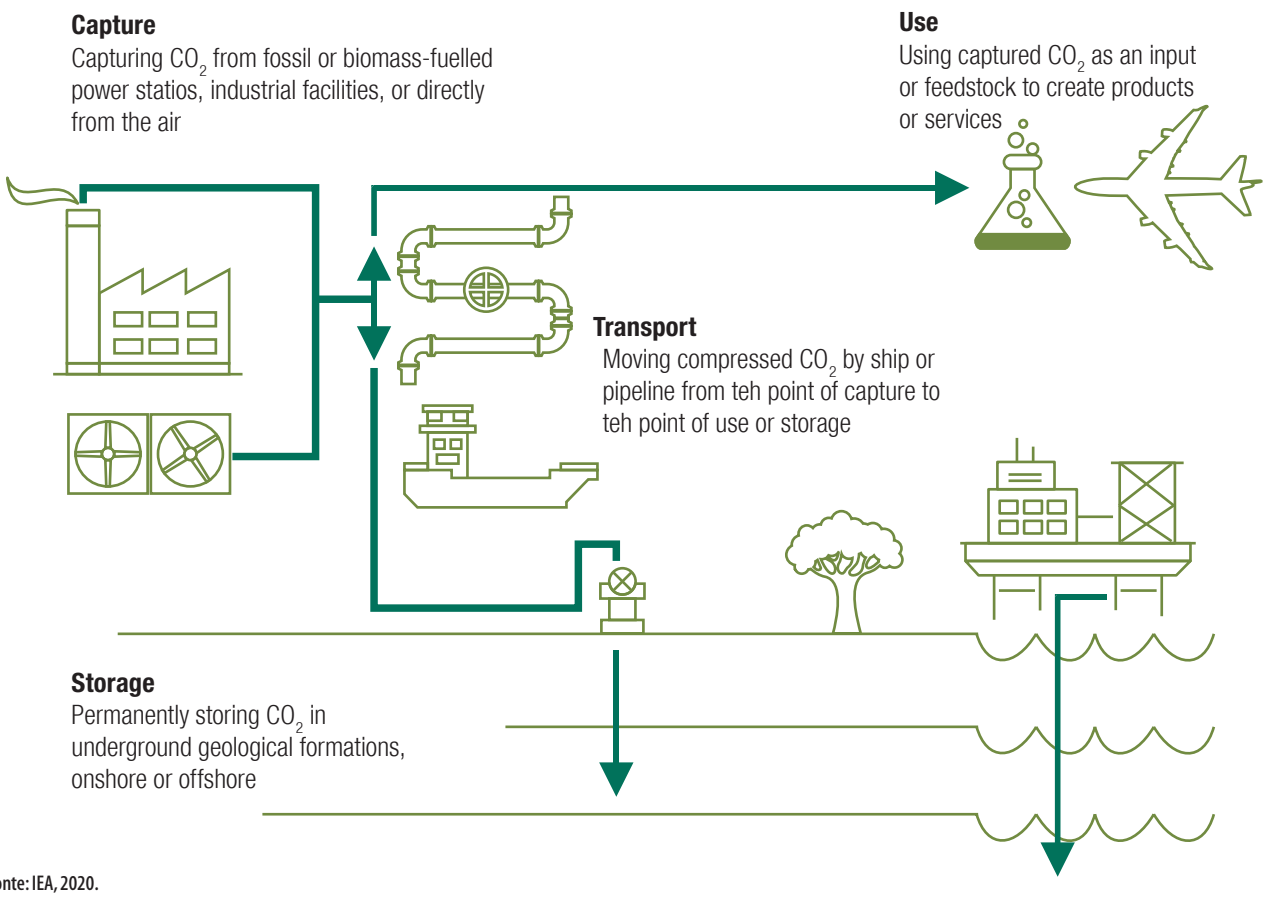
Apesar dos intensos esforços já investidos para atingir as metas de redução de emissão estabelecidas pelo Protocolo de Quioto, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Segundo a International Association of Oil & Gas Producers (IOGP), o caminho de zero emissões líquidas da Agência Internacional de Energia até 2050 necessitará capturar 4 GT de CO_2 até 2030 e 7,6 GT CO_2 até 2050. Basicamente, até 2030, daqui a apenas 8 anos, será necessário armazenar 100 vezes mais CO_2 globalmente do que já se armazena. Nesse sentido, o investimento em soluções inovadoras e no desenvolvimento de tecnologias que potencializem a redução de emissões de carbono, tais como as de captura, armazenamento e utilização de carbono (CCUS), torna-se primordial.

O termo CCUS refere-se a um conjunto de tecnologias que envolvem a captura de CO_2 diretamente da atmosfera (DAC) ou diretamente de operações pontuais das diversas

indústrias, sobretudo nas instalações industriais que usam combustíveis fósseis ou biomassa como combustível. A captura de CO_2 já é parte integrante de vários processos industriais e, portanto, tecnologias para separar ou capturar CO_2 já estão comercialmente disponíveis há muitas décadas. O CO_2 capturado pode ser usado na própria operação local da indústria, ou transportado para uma variedade de aplicações, ou, ainda, encaminhado para um armazenamento permanente. A opção de armazenamento de CO_2 envolve a injeção de CO_2 capturado em um reservatório geológico subterrâneo profundo de rocha porosa, recoberto por uma camada impermeável de rochas, que sela o reservatório e evita o vazamento de CO_2 para a atmosfera. Uma esquematização do processo de CCUS é apresentada na figura 1.

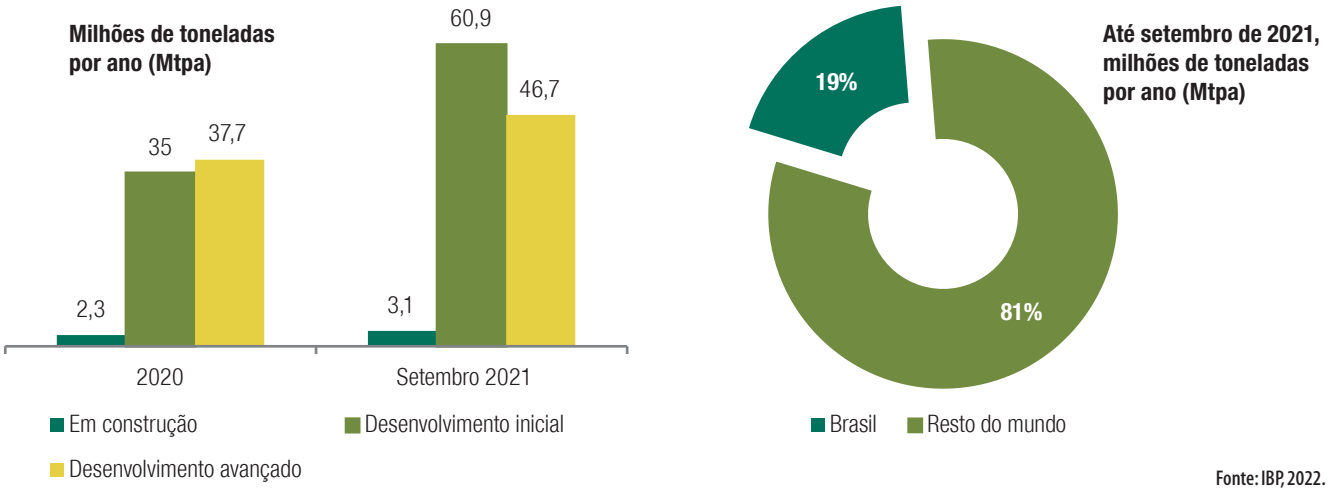
As aplicações CCUS ganharam impulso considerável nos últimos anos, como uma opção fundamental para reduzir as emissões em vários setores de difícil redução (os chamados *hard to abate*, em inglês). Para se ter uma ideia, segundo um levantamento realizado pelo IBP, ao final de 2020 os projetos de CCUS em desenvolvimento no mundo somados representavam uma capacidade de captura em torno de 72 milhões de toneladas por ano (Mtpa). Em setembro de 2021, esse número alcançou 107 Mtpa — um aumento de 48% em menos de um ano como mostrado na figura 2. Particularmente, a contribuição brasileira em projetos de CCUS representou 19% da capacidade total acumulada de captura de carbono global em operação (figura 2). Muito desse desempenho se reflete no esforço da Petrobras no desenvolvimento e aplicação de tecnologias de CCUS em suas operações, bem como pela busca de parcerias com outras empresas do setor. Entre os projetos de destaque, segundo a International Energy Agency, a planta de CCUS do Campo Petrolífero do Pré-Sal da Bacia de Santos da Petrobras é uma das pioneiras em operações de exploração e produção de petróleo e gás *offshore* no mundo e já reinjetou mais de 14,4

Figura 1 **Arranjo esquemático das operações de CCUS**



Fonte: IEA, 2020.

Figura 2 **Capacidade das unidades de CCUS em desenvolvimento e participação brasileira na capacidade de captura de carbono global**



Fonte: IBP, 2022.

milhões de toneladas de dióxido de carbono em rochas reservatório.

Apesar do importante papel desempenhado pelo Brasil e dos expressivos resultados alcançados em um contexto de economia de baixo carbono, ainda há significativas barreiras a serem vencidas, entre elas, a necessidade de regulações específicas que possam suportar o desenvolvimento de atividades voltadas para a redução da emissão de carbono.

Uma análise pormenorizada das normas legais e voluntárias em vigor demonstra que as bases necessárias para a implementação de uma regulação estratégica no Brasil ainda são incipientes. Entre os marcos legais existentes, destaca-se o projeto de lei 1.425/2022 do senador Jean Paul Prates, lançado em maio de 2022. Tal projeto, elaborado com base em pesquisas realizadas pelo Research Centre for Greenhouse Gas Innovation (RGCI) da USP, tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a exploração da atividade de armazenamento permanente de dióxido de carbono de interesse público, em reservatórios geológicos ou temporários, e seu posterior reaproveitamento.

De acordo com Prates, a proposta do projeto de lei busca "estabelecer regras precisas, dividir custos e benefícios, e ainda permitir que os participantes de tal desafio possam se alinhar aos demais parceiros internacionais, facilitando o acesso a mercados voltados para a comercialização de produtos e serviços com pegada de carbono reduzida ou negativa. Almeja-se promover, ao mesmo tempo, ganhos econômicos ajustados em risco e retorno, ganhos sociais decorrentes da geração de empregos de ponta, e ganhos políticos, por posicionar o Brasil novamente no caminho da vanguarda ambiental".

De fato, o PL 1.425/2022 é um marco legal para o mercado de armazenamento de carbono no Brasil, uma vez que a concretização desse mercado passa, necessariamente, por uma estabilidade legal, regulatória e institucional para permitir que os agentes envolvidos se comprometam no longo prazo. Além disso, a implementação e regulamentação do mercado de carbono pode contribuir para o posicionamento do Brasil ao lado de outras economias em desenvolvimento que já o tenham implementado (ou estejam em processo de implementação), para a redução da dependência da demanda internacional de ativos de carbono e para a criação de incentivos para investimentos em novas tecnologias relacionadas a uma economia de baixo carbono no país.

Agradecimentos especiais a Luara Sousa e Nathalia Weber.

Referências

IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo. *Panorama sobre a aplicação das tecnologias de CCUS no Brasil e no mundo*. 2022.

_____. *Capacidade do setor de captura e armazenamento de carbono*. 2022.

ICC – International Chamber of Commerce. Oportunidades para o Brasil em mercados de carbono. *Relatório técnico*, 2021.

IEA – International Energy Agency. Net zero by 2050: a roadmap for the global energy sector, 2021. Disponível em: https://www.iea.org/reports/net-zero-by-2050



Conjuntura Estatística

2	Índices Gerais de Preços – FGV
3	Preços ao Consumidor – Indicadores Industriais – Sondagem Industrial (FGV/IBRE)
4	Indicadores Industriais – Produção Física
7	Setor Externo
8	Emprego e Renda
9	Tabelas de correspondência dos índices econômicos que eram publicados na Revista

Seção fechada com dados disponíveis até o dia 31/07/2022

Notas

Nessa seção são publicados os índices da FGV mais utilizados pelo mercado, como o IGP-M, o IPC e o INCC, com as variações no ano e em 12 meses já calculadas.

Mas as séries também estão disponíveis no banco de dados FGV Dados, com acesso via Portal IBRE, https://portalibre.fgv.br seção índices institucionais, consultas gratuitas.

Os índices econômicos mais específicos (IPA, IPC, INCC), elaborados pelo FGV IBRE, publicados na antiga seção Índices Econômicos até a edição setembro de 2021, continuam sendo calculados mas o acesso passou a ser exclusivo para os usuários do banco de dados - FGV Dados, https://portalibre.fgv.br/fgv-dados na modalidade Standard.

Incluímos a partir da página 9 uma tabela de correspondência. A Coluna era a forma de identificação dos índices na revista. No FGV DADOS esses índices tem um código numérico associado.

Índices Gerais de Preços – base: ago. 94 = 100

	Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI)				Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)				Índice de Preços ao Produtor Amplo Estágios de Processamento (IPA-EP-DI)				Índice Nacional do Custo da Construção (INCC-DI)			
Código FGV Dados	161384	Variação (%)			200045	Variação (%)			1416651	Variação (%)			160868	Variação (%)		
Período	Índices[1]	no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	Índices[1]	no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	Índices[1]	no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	Índices[1]	no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]
2015	580,297	–	6,90	10,70	586,426	–	6,54	10,54	623,152	–	6,01	11,31	631,947	–	7,07	7,48
2016	639,431	–	10,19	7,18	647,435	–	10,40	7,17	694,489	–	11,45	7,73	673,014	–	6,50	6,13
2017	645,589	–	0,96	-0,42	654,338	–	1,07	-0,52	689,344	–	-0,74	-2,52	706,729	–	5,01	4,25
2018	683,125	–	5,81	7,10	690,916	–	5,59	7,54	737,148	–	6,93	8,75	733,766	–	3,83	3,84
2019	724,432	–	6,05	7,70	733,535		6,17	7,30	789,562	–	7,11	9,63	763,558	–	4,06	4,15
2020																
Jan.	751,820	0,09	0,09	7,72	762,733	0,48	0,48	7,81	825,952	-0,13	-0,13	9,70	779,766	0,38	0,38	4,04
Fev.	751,910	0,01	0,11	6,40	762,423	-0,04	0,44	6,82	825,694	-0,03	-0,16	7,74	782,336	0,33	0,71	4,29
Mar.	764,276	1,64	1,75	7,01	771,908	1,24	1,69	6,81	844,960	2,33	2,17	8,78	784,338	0,26	0,97	4,23
Abr.	764,656	0,05	1,80	6,10	778,101	0,80	2,50	6,68	845,850	0,11	2,28	7,72	786,070	0,22	1,19	4,06
Mai.	772,843	1,07	2,89	6,81	780,280	0,28	2,79	6,51	860,827	1,77	4,09	9,05	787,666	0,20	1,39	4,24
Jun.	785,221	1,60	4,54	7,84	792,429	1,56	4,39	7,31	879,957	2,22	6,40	10,56	790,331	0,34	1,74	3,68
Jul.	803,584	2,34	6,98	10,37	810,083	2,23	6,71	9,27	907,577	3,14	9,74	14,27	799,589	1,17	2,93	4,29
Ago.	834,713	3,87	11,13	15,23	832,313	2,74	9,64	13,02	956,905	5,44	15,71	21,58	805,356	0,72	3,67	4,60
Set.	862,259	3,30	14,80	18,44	868,442	4,34	14,40	17,94	998,786	4,38	20,77	26,03	814,701	1,16	4,87	5,32
Out.	893,977	3,68	19,02	22,12	896,505	3,23	18,10	20,93	1.047,327	4,86	26,64	31,05	828,778	1,73	6,69	6,95
Nov.	917,538	2,64	22,16	24,28	925,887	3,28	21,97	24,52	1.081,963	3,31	30,83	33,89	839,382	1,28	8,05	8,28
Dez.	924,504	0,76	23,08	23,08	934,758	0,96	23,14	23,14	1.089,291	0,68	31,72	31,72	845,268	0,70	8,81	8,81
2021																
Jan.	951,395	2,91	2,91	26,55	958,844	2,58	2,58	25,71	1.132,015	3,92	3,92	37,06	852,809	0,89	0,89	9,37
Fev.	977,133	2,71	5,69	29,95	983,063	2,53	5,17	28,94	1.170,548	3,40	7,46	41,77	868,929	1,89	2,80	11,07
Mar.	998,344	2,17	7,99	30,63	1.011,948	2,94	8,26	31,10	1.200,887	2,59	10,24	42,12	880,265	1,30	4,14	12,23
Abr.	1.020,495	2,22	10,38	33,46	1.027,211	1,51	9,89	32,02	1.235,764	2,90	13,45	46,10	888,191	0,90	5,08	12,99
Mai.	1.055,167	3,40	14,13	36,53	1.069,289	4,10	14,39	37,04	1.287,702	4,20	18,21	49,59	907,899	2,22	7,41	15,26
Jun.	1.056,343	0,11	14,26	34,53	1.075,733	0,60	15,08	35,75	1.284,349	-0,26	17,91	45,96	927,512	2,16	9,73	17,36
Jul.	1.071,615	1,45	15,91	33,35	1.084,095	0,78	15,98	33,83	1.305,535	1,65	19,85	43,85	935,359	0,85	10,66	16,98
Ago.	1.070,147	-0,14	15,75	28,21	1.091,290	0,66	16,75	31,12	1.300,062	-0,42	19,35	35,86	939,699	0,46	11,17	16,68
Set.	1.064,310	-0,55	15,12	23,43	1.084,312	-0,64	16,00	24,86	1.284,846	-1,17	17,95	28,64	944,520	0,51	11,74	15,93
Out.	1.081,301	1,60	16,96	20,95	1.091,283	0,64	16,74	21,73	1.309,257	1,90	20,19	25,01	952,596	0,86	12,70	14,94
Nov.	1.075,022	-0,58	16,28	17,16	1.091,483	0,02	16,77	17,89	1.294,111	-1,16	18,80	19,61	959,001	0,67	13,46	14,25
Dez.	1.088,489	1,25	17,74	17,74	1.100,988	0,87	17,78	17,78	1.314,068	1,54	20,64	20,64	962,321	0,35	13,85	13,85
2022																
Jan.	1.110,398	2,01	2,01	16,71	1.120,999	1,82	1,82	16,91	1.347,788	2,57	2,57	19,06	969,184	0,71	0,71	13,65
Fev.	1.127,077	1,50	3,55	15,35	1.141,546	1,83	3,68	16,12	1.374,002	1,94	4,56	17,38	972,904	0,38	1,10	11,97
Mar.	1.153,777	2,37	6,00	15,57	1.161,418	1,74	5,49	14,77	1.412,492	2,80	7,49	17,62	981,244	0,86	1,97	11,47
Abr.	1.158,546	0,41	6,44	13,53	1.177,809	1,41	6,98	14,66	1.415,143	0,19	7,69	14,52	990,543	0,95	2,93	11,52
Mai.	1.166,542	0,69	7,17	10,56	1.183,953	0,52	7,54	10,72	1.422,937	0,55	8,28	10,50	1.013,164	2,28	5,28	11,59
Jun.	1.173,831	0,62	7,84	11,12	1.190,882	0,59	8,16	10,70	1.429,130	0,44	8,76	11,27	1.034,824	2,14	7,53	11,57

Notas: [1]De 1995 a 2016, média do ano. [2]De 1995 a 2016, média sobre média. [3]De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. Fonte: FGV IBRE.

Índices de Preços ao Consumidor

Período	IPC-BR -DI (FGV)							INPC (IBGE)[4]				IPCA (IBGE)[4]			
	Índice[1] (Base: Ago. 94 = 100)	Variação (%)			Bens Comercializáveis	Bens Não Comercializáveis		Índice[1] (Base: Dez. 93 = 100)	Variação (%)			Índice[1] (Base: Dez. 93 = 100)	Variação (%)		
						Total	Tarifas Públicas								
		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	Índices (Base: Ago. 94 = 100)[1]				no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]
Código FGV Dados	1390594				1001440	1001441	1001442	1004964	2421			1004963	156038		
2015	477,370	–	9,21	10,53	346,126	652,174	812,236	4.443,94	–	9,34	11,28	4.310,12	–	9,03	10,67
2016	518,122	–	8,54	6,18	377,175	706,476	886,816	4.858,19	–	9,32	6,58	4.686,79	–	8,74	6,29
2017	537,700	–	3,78	3,23	387,717	736,560	930,899	5.002,44	–	2,97	2,07	4.848,31	–	3,45	2,95
2018	558,201	–	3,81	4,32	393,114	773,213	1001,608	5.146,17	–	2,87	3,43	5.025,99	–	3,66	3,75
2019	581,130	–	4,11	4,11	404,696	809,148	1053,246	5.339,34	–	3,75	4,48	5.213,61	–	3,73	4,31
2020															
Jan.	594,240	0,59	0,59	4,13	416,895	824,351	1081,801	5.460,19	0,19	0,19	4,30	5.331,42	0,21	0,21	4,19
Fev.	594,200	-0,01	0,58	3,76	417,326	823,940	1075,251	5.469,47	0,17	0,36	3,92	5.344,75	0,25	0,46	4,01
Mar.	596,222	0,34	0,92	3,44	419,081	826,485	1074,724	5.479,32	0,18	0,54	3,31	5.348,49	0,07	0,53	3,30
Abr.	595,129	-0,18	0,74	2,60	419,013	824,433	1062,414	5.466,72	-0,23	0,31	2,46	5.331,91	-0,31	0,22	2,40
Mai.	591,934	-0,54	0,20	1,83	418,295	818,840	1044,348	5.453,05	-0,25	0,06	2,05	5.311,65	-0,38	-0,16	1,88
Jun.	594,046	0,36	0,55	2,22	420,631	821,124	1050,879	5.469,41	0,30	0,36	2,35	5.325,46	0,26	0,10	2,13
Jul.	596,930	0,49	1,04	2,40	423,538	824,457	1064,053	5.493,48	0,44	0,80	2,69	5.344,63	0,36	0,46	2,31
Ago.	600,114	0,53	1,58	2,77	427,238	827,761	1072,980	5.513,26	0,36	1,16	2,94	5.357,46	0,24	0,70	2,44
Set.	605,058	0,82	2,42	3,62	432,697	833,109	1085,003	5.561,23	0,87	2,04	3,89	5.391,75	0,64	1,34	3,14
Out.	609,010	0,65	3,09	4,38	437,456	837,083	1092,462	5.610,72	0,89	2,95	4,77	5.438,12	0,86	2,22	3,92
Nov.	614,740	0,94	4,06	4,86	442,467	844,279	1108,278	5.664,02	0,95	3,93	5,20	5.486,52	0,89	3,13	4,31
Dez.	621,342	1,07	5,17	5,17	448,077	852,693	1125,537	5.746,71	1,46	5,45	5,45	5.560,59	1,35	4,52	4,52
2021															
Jan.	623,016	0,27	0,27	4,84	451,481	853,314	1113,129	5.762,23	0,27	0,27	5,53	5.574,49	0,25	0,25	4,56
Fev.	626,371	0,54	0,81	5,41	453,076	858,540	1127,817	5.809,48	0,82	1,09	6,22	5.622,43	0,86	1,11	5,20
Mar.	632,616	1,00	1,81	6,10	456,519	867,913	1156,524	5.859,44	0,86	1,96	6,94	5.674,72	0,93	2,05	6,10
Abr.	634,057	0,23	2,05	6,54	457,957	869,590	1157,512	5.881,71	0,38	2,35	7,59	5.692,31	0,31	2,37	6,76
Mai.	639,187	0,81	2,87	7,98	460,016	877,875	1179,277	5.938,17	0,96	3,33	8,90	5.739,56	0,83	3,22	8,06
Jun.	643,275	0,64	3,53	8,29	462,239	884,029	1195,903	5.973,80	0,60	3,95	9,22	5.769,98	0,53	3,77	8,35
Jul.	649,194	0,92	4,48	8,76	464,971	893,319	1220,312	6.034,73	1,02	5,01	9,85	5.825,37	0,96	4,76	8,99
Ago.	653,798	0,71	5,22	8,95	469,248	898,917	1231,607	6.087,84	0,88	5,94	10,42	5.876,05	0,87	5,67	9,68
Set.	663,168	1,43	6,73	9,60	473,637	913,584	1271,859	6.160,89	1,20	7,21	10,78	5.944,21	1,16	6,90	10,25
Out.	668,289	0,77	7,56	9,73	476,901	920,938	1288,141	6.232,36	1,16	8,45	11,08	6.018,51	1,25	8,24	10,67
Nov.	675,519	1,08	8,72	9,89	480,118	932,380	1318,223	6.284,71	0,84	9,36	10,96	6.075,69	0,95	9,26	10,74
Dez.	679,386	0,57	9,34	9,34	484,379	936,567	1328,462	6.330,59	0,73	10,16	10,16	6.120,04	0,73	10,06	10,06
2022															
Jan.	682,690	0,49	0,49	9,58	487,915	940,223	1316,678	6.373,00	0,67	0,67	10,60	6.153,09	0,54	0,54	10,38
Fev.	684,619	0,28	0,77	9,30	489,702	942,566	1312,308	6.436,73	1,00	1,68	10,80	6.215,24	1,01	1,56	10,54
Mar.	693,857	1,35	2,13	9,68	494,258	956,849	1338,972	6.546,80	1,71	3,42	11,73	6.315,93	1,62	3,20	11,30
Abr.	701,353	1,08	3,23	10,61	499,131	967,545	1355,693	6.614,89	1,04	4,49	12,47	6.382,88	1,06	4,29	12,13
Mai.	704,878	0,50	3,75	10,28	504,433	970,279	1358,648	6.644,66	0,45	4,96	11,90	6.412,88	0,47	4,78	11,73
Jun.	709,569	0,67	4,44	10,31	507,419	977,014	1371,965	6.685,86	0,62	5,61	11,92	6.455,85	0,67	5,49	11,89

Notas: [1]De 1995 a 2016, média do ano. [2]De 1995 a 2016, média sobre média. [3]De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. [4]A partir de Janeiro/2012 índices calculados pela nova estrutura de ponderação/classificação (POF 2008/2009) dos produtos e serviços e pesos regionais atualizados. Os indicadores IPC-BR-DI Bens Comercializáveis e IPC-BR-DI Bens Não Comercializáveis não foram disponibilizados até o fechamento desta edição. Fontes: FGV IBRE e IBGE.

Índices de Preços ao Consumidor

Período	IPC (FIPE)				Custo de Vida (DIEESE)	Valor da Cesta Básica (DIEESE)	
	Índice[1] (Base: Jun. 94 = 100)	Variação (%)			Variação (%)	Valor Nominal[1]	
		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	no Mês	RJ	SP
Código FGV Dados	1006777	100199				100563	1001836
2015	430,162	–	8,44	11,07	–	370,42	389,15
2016	469,422	–	9,13	6,54	–	444,41	456,48
2017	483,489	–	3,00	2,27	–	425,07	434,88
2018	496,066	–	2,60	3,02	–	440,26	444,49
2019	515,589	–	3,94	4,40	–	480,25	490,41
2020							
Jan.	527,874	0,29	0,29	4,10	0,64	507,13	517,51
Fev.	528,434	0,11	0,39	3,64	0,12	505,55	519,76
Mar.	528,970	0,10	0,50	3,22	-	533,65	518,50
Abr.	527,362	-0,30	0,19	2,61	-	544,34	556,25
Mai.	526,085	-0,24	-0,05	2,38	-	558,81	556,36
Jun.	528,134	0,39	0,34	2,62	-	512,84	547,03
Jul.	529,429	0,25	0,58	2,73	-	505,72	524,74
Ago.	533,554	0,78	1,37	3,19	-	529,76	539,95
Set.	539,531	1,12	2,50	4,34	-	563,75	563,35
Out.	545,957	1,19	3,72	5,41	-	592,25	595,87
Nov.	551,590	1,03	4,79	5,78	-	629,63	629,18
Dez.	555,921	0,79	5,62	5,62	-	621,09	631,46
2021							
Jan.	560,717	0,86	0,86	6,22	-	644,00	654,15
Fev.	561,979	0,23	1,09	6,35	-	629,82	639,47
Mar.	565,962	0,71	1,81	6,99	-	612,56	626,00
Abr.	568,444	0,44	2,25	7,79	-	622,04	632,61
Mai.	570,780	0,41	2,67	8,50	-	622,76	636,40
Jun.	575,378	0,81	3,50	8,95	-	619,24	626,76
Jul.	581,272	1,02	4,56	9,79	-	621,34	640,51
Ago.	589,620	1,44	6,06	10,51	-	634,18	650,50
Set.	596,263	1,13	7,26	10,52	-	643,06	673,45
Out.	602,199	1,00	8,32	10,30	-	673,85	693,79
Nov.	606,530	0,72	9,10	9,96	-	665,60	692,27
Dez.	610,004	0,57	9,73	9,73	-	666,26	690,51
2022							
Jan.	614,525	0,74	0,74	9,60	-	692,82	713,86
Fev.	620,058	0,90	1,65	10,33	-	697,37	715,65
Mar.	628,008	1,28	2,95	10,96	-	750,71	761,19
Abr.	638,152	1,62	4,61	12,26	-	768,42	803,99
Mai.	640,843	0,42	5,06	12,28	-	723,55	777,93
Jun.	642,632	0,28	5,35	11,69	-	733,14	777,01

Indicadores Industriais

Período	Sondagem Industrial (FGV/IBRE)[1]				
	Índice de Confiança da Indústria (CNAE 2.0)[2]				Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%) sem Ajuste Sazonal (CNAE 2.0)[2]
	Sem Ajuste Sazonal	Com Ajuste Sazonal	Situação Atual sem Ajuste Sazonal	Expectativas sem Ajuste Sazonal	
Código FGV Dados	1416209	1416212	1416210	1416211	1412616
2015	77,8	77,6	77,9	79,4	76,4
2016	82,2	82,2	82,1	83,6	73,9
2017	92,5	92,6	90,7	95,0	74,4
2018	98,7	98,6	97,8	99,7	75,9
2019	96,8	96,8	97,0	96,9	75,1
2020					
Jan.	97,5	100,9	99,8	95,2	74,0
Fev.	99,7	101,4	100,6	98,7	75,6
Mar.	99,0	97,5	100,4	97,5	74,2
Abr.	62,4	58,2	68,6	58,6	56,5
Mai.	64,1	61,4	69,5	61,2	59,9
Jun.	77,9	77,6	78,4	79,1	66,1
Jul.	90,5	89,8	87,4	94,5	71,8
Ago.	100,5	98,7	97,6	103,6	75,5
Set.	108,6	106,7	107,3	109,1	79,3
Out.	112,0	111,2	114,0	108,8	81,7
Nov.	112,0	113,1	119,1	103,6	81,8
Dez.	110,6	114,9	120,1	99,9	80,2
2021					
Jan.	108,4	111,3	116,2	99,6	78,1
Fev.	107,6	107,9	115,6	98,6	78,5
Mar.	106,4	104,2	112,5	99,4	77,2
Abr.	106,2	103,5	110,7	101,0	75,6
Mai.	105,7	104,2	109,4	101,4	77,3
Jun.	108,2	107,6	110,1	105,7	78,8
Jul.	110,0	108,4	110,1	109,0	79,5
Ago.	109,4	107,0	108,8	109,4	79,9
Set.	108,9	106,4	109,1	108,0	81,3
Out.	106,2	105,2	108,1	103,7	83,2
Nov.	100,5	102,1	104,2	96,6	82,8
Dez.	95,8	100,1	101,3	90,4	80,6
2022					
Jan.	95,3	98,4	99,8	90,9	78,9
Fev.	95,6	96,7	99,3	92,1	79,3
Mar.	96,5	95,0	98,7	94,4	79,0
Abr.	99,3	97,4	99,5	99,1	78,7
Mai.	100,4	99,7	100,4	100,6	80,3
Jun.	101,4	101,2	101,1	101,5	80,8

Notas: Índices de preços - [1]De 1995 a 2016, média do ano. [2]De 1995 a 2016, média sobre média. [3]De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. Indicadores Industriais - Sondagem Industrial / FGV - [1]De 2001 a 2016, média do ano.[2] Seguindo as melhores práticas estatísticas internacionais, a partir de novembro de 2015 a classificação setorial de empresas e produtos/serviços das sondagens empresariais produzidas pelo IBRE/FGV será atualizada para o sistema da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em sua versão 2.0. Informamos que, a partir do mês de março e enquanto durar o período de isolamento social devido à pandemia da COVID-19, o DIEESE suspendeu a pesquisa do Índice de Custo de Vida na Cidade de São Paulo. Fontes: Fipe e Dieese (Índices de preços), FGV IBRE (Sondagem Industrial).

Indicadores Industriais – Produção Física[1]

Período	Indústria Geral				Indústria Extrativa Mineral[2]			
	Variação (%)		(Base: Média 2012 = 100)		Variação (%)		(Base: Média 2012 = 100)	
	Acumulado no Ano[1]	Acumulado em 12 Meses	Base Fixa[2]	Base Fixa Dessazonalizada	Acumulado no Ano[1]	Acumulado em 12 Meses[1]	Base Fixa[2]	Base Fixa Dessazonalizada
Código FGV Dados			1416147	1416146			1416149	1416150
2015	-8,26	–	90,83	–	3,88	–	106,89	–
2016	-6,43	–	84,99	–	-9,43	–	96,80	–
2017	2,52	–	87,13	–	4,52	–	101,17	–
2018	0,96	–	87,97	–	0,02	–	101,19	–
2019	-1,08	–	87,02	–	-9,70	–	91,37	–
2020								
Jan.	-0,82	-1,00	80,02	87,09	-15,08	-11,11	87,77	88,77
Fev.	-0,55	-1,19	78,86	87,50	-8,33	-10,47	80,12	88,26
Mar.	-1,66	-0,99	77,89	80,53	-5,85	-9,53	83,25	88,60
Abr.	-8,35	-2,90	60,28	64,75	-2,48	-7,25	80,80	86,54
Mai.	-11,30	-5,39	71,17	69,88	-3,15	-6,29	81,67	81,51
Jun.	-10,84	-5,62	78,38	76,67	-2,82	-5,15	86,50	86,15
Jul.	-9,55	-5,64	90,99	83,78	-2,16	-4,26	97,64	93,67
Ago.	-8,55	-5,68	93,90	86,21	-2,10	-4,25	100,45	94,15
Set.	-7,09	-5,43	95,37	88,52	-2,35	-4,38	94,06	89,72
Out.	-6,27	-5,51	97,34	89,71	-2,76	-4,25	92,82	87,41
Nov.	-5,47	-5,16	90,22	90,24	-3,34	-4,18	84,06	84,48
Dez.	-4,45	-4,45	83,33	90,46	-3,38	-3,38	90,25	86,65
2021								
Jan.	2,36	-4,21	81,91	91,30	0,31	-1,96	88,04	90,18
Fev.	1,33	-4,17	79,08	89,54	-3,02	-2,49	74,78	87,21
Mar.	4,35	-3,09	86,09	87,34	-2,01	-2,45	83,28	87,69
Abr.	10,54	1,17	81,29	85,86	-0,62	-2,82	83,78	89,39
Mai.	13,17	4,90	88,35	86,85	1,80	-1,49	91,18	90,72
Jun.	12,99	6,65	87,89	86,49	2,19	-1,07	90,02	90,53
Jul.	11,03	7,04	92,28	85,31	1,38	-1,45	94,93	90,61
Ago.	9,31	7,24	93,38	84,96	0,98	-1,41	99,02	92,63
Set.	7,55	6,46	91,49	84,61	1,25	-0,76	97,11	92,26
Out.	5,74	5,66	89,73	84,22	0,62	-0,61	88,39	84,09
Nov.	4,74	5,02	86,29	84,36	0,96	0,54	87,93	87,42
Dez.	3,93	3,93	79,21	86,63	1,03	1,03	91,83	88,33
2022								
Jan.	-7,30	3,14	75,93	85,02	-6,97	0,42	81,90	83,59
Fev.	-5,71	2,79	75,87	85,60	-3,18	1,02	75,74	88,27
Mar.	-4,37	1,80	84,49	86,14	-1,76	1,10	84,12	88,82
Abr.	-3,41	-0,32	80,89	86,28	-1,31	0,82	83,80	88,97
Mai.	-2,59	-1,92	88,76	86,57	-2,81	-0,79	83,66	83,95

Notas: [1]Indicadores industriais - A partir de maio de 2014, dados referentes à nova série de índices mensais da produção industrial, elaborados com base na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF reformulada. [2]De 2002 a 2015, média do ano. A série reformulada tem início em janeiro de 2002. Fonte: IBGE - (Indicadores industriais).

Indicadores Industriais – Produção Física[1]

Período	Indústria de Transformação				Por Gêneros Industriais[2]						Por Categoria de Uso[2]			
	Variação (%)		Base Fixa[2]	Base Fixa com Ajustamento Sazonal	Meta-lurgia	Fabricação de Máquinas e Equipamentos	Fabricação de Produtos Têxteis	Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	Fabricação de Bebidas	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	Bens de Capital	Bens Inter-mediários	Bens de Consumo Duráveis	Bens de Consumo semi e Não Duráveis
	Acumulado no Ano[1]	Acumulado em 12 Meses	(Base: Média 2012 = 100)		Índices de Base Fixa com Ajustamento Sazonal (Base: Média 2012=100)						Índices de Base Fixa sem Ajustamento (Sazonal Base: Média 2012=100)			
Código FGV Dados			1416148	1416151	1416156	1416157	1416153	1416155	1416152	1416154	1416158	1416159	1416161	1416162
2015	-9,84	–	88,81	88,86	84,89	83,88	79,64	102,63	94,56	97,78	75,98	92,85	77,37	95,08
2016	-5,98	–	83,50	83,44	79,76	74,03	75,70	93,95	91,61	100,11	68,21	86,85	66,23	92,10
2017	2,23	–	85,37	85,56	83,51	76,12	80,41	90,03	92,30	103,38	72,43	88,32	75,00	92,90
2018	1,11	–	86,31	86,32	86,93	78,77	78,41	90,67	93,08	108,57	77,58	88,41	80,90	92,61
2019	0,19	–	86,48	86,46	84,38	79,00	77,89	92,22	97,01	104,53	77,10	86,49	82,62	93,55
2020														
Jan.	1,55	0,50	79,05	86,72	83,40	79,98	77,99	98,68	99,90	105,72	66,02	81,49	71,83	84,21
Fev.	0,59	0,17	78,71	87,31	87,18	80,25	79,62	98,81	102,83	109,77	71,57	79,07	76,75	81,93
Mar.	-1,07	0,25	77,21	79,33	81,41	71,31	63,63	97,68	79,20	107,96	69,50	79,67	68,88	79,39
Abr.	-9,13	-2,28	57,70	61,92	58,10	51,49	39,23	82,23	55,13	107,39	37,74	66,78	13,06	66,32
Mai.	-12,35	-5,26	69,85	68,25	62,61	57,04	44,98	94,83	80,97	98,62	52,83	77,03	27,49	76,97
Jun.	-11,88	-5,69	77,36	75,52	63,86	64,12	58,77	91,79	105,76	101,08	59,45	82,52	47,87	85,08
Jul.	-10,51	-5,83	90,16	82,58	74,75	73,90	72,20	96,54	109,34	104,44	70,76	95,22	71,79	94,94
Ago.	-9,40	-5,88	93,07	85,78	76,98	75,17	78,68	100,74	105,21	105,45	72,90	98,21	82,06	95,87
Set.	-7,71	-5,58	95,53	88,88	81,60	83,65	82,95	101,18	106,52	108,79	80,12	96,91	86,67	101,36
Out.	-6,73	-5,68	97,91	89,92	84,68	87,67	86,91	98,70	106,31	107,57	87,86	97,38	90,10	104,60
Nov.	-5,75	-5,29	90,99	90,80	86,45	90,13	87,50	97,87	108,67	108,28	86,96	88,77	86,59	97,60
Dez.	-4,60	-4,60	82,46	90,76	99,10	93,59	93,69	96,46	101,76	105,41	80,43	84,05	72,23	86,96
2021														
Jan.	2,64	-4,51	81,14	91,04	89,73	92,93	94,92	94,47	99,46	110,01	77,31	83,99	69,09	83,33
Fev.	1,90	-4,39	79,62	89,63	91,30	95,27	88,03	95,70	97,64	113,16	82,39	79,45	70,40	80,51
Mar.	5,20	-3,18	86,44	87,26	90,50	94,49	83,26	98,07	90,66	111,44	90,63	87,74	77,12	83,94
Abr.	12,13	1,71	80,97	85,39	90,91	94,28	77,94	87,18	94,93	108,37	83,98	83,78	69,56	78,57
Mai.	14,80	5,78	88,00	86,35	94,02	93,43	78,08	89,88	98,93	108,63	90,54	91,12	68,96	88,06
Jun.	14,53	7,72	87,62	86,09	94,03	96,22	77,72	94,29	104,22	107,55	90,80	91,55	63,04	86,89
Jul.	12,40	8,22	91,95	84,91	92,35	93,87	75,61	97,34	94,01	107,96	96,33	95,35	64,88	93,23
Ago.	10,48	8,45	92,67	84,47	92,31	94,12	77,74	94,95	98,86	107,62	95,56	96,31	67,34	94,94
Set.	8,43	7,46	90,78	84,03	89,68	95,93	75,52	96,09	98,95	108,86	91,87	93,46	66,61	95,73
Out.	6,43	6,52	89,90	83,92	87,42	91,60	70,85	100,24	95,94	110,14	94,85	90,84	65,12	94,15
Nov.	5,25	5,63	86,09	83,82	85,31	92,42	72,06	99,37	94,24	109,72	90,68	86,24	68,64	91,52
Dez.	4,32	4,32	77,62	86,09	86,68	92,31	71,75	99,68	96,85	112,44	83,48	80,66	60,24	80,39
2022														
Jan.	-7,35	3,50	75,18	84,71	83,28	89,99	70,61	102,46	90,25	110,77	70,92	79,50	51,32	76,89
Fev.	-6,03	3,03	75,89	85,15	87,00	89,50	69,63	100,28	95,48	106,50	78,64	77,43	58,55	76,98
Mar.	-4,69	1,89	84,54	85,96	88,15	94,44	68,21	99,74	101,94	109,52	95,11	86,05	67,16	83,19
Abr.	-3,67	-0,46	80,52	86,13	87,31	91,50	71,82	104,51	105,67	111,30	79,85	83,80	60,38	81,01
Mai.	-2,56	-2,06	89,40	86,86	88,36	98,35	73,59	104,62	104,42	110,00	95,69	90,30	67,50	89,96

Indicadores industriais - [1]A partir de maio de 2014, dados referentes à nova série de índices mensais da produção industrial, elaborados com base na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF reformulada. A série reformulada tem início em janeiro de 2002.[2]De 2002 a 2015, média do ano. Fonte: IBGE - (Indicadores industriais).

Setor Externo (US$ milhões)

Período	Taxa de Câmbio Real[1] (Índice-Base: Jan. 99 = 100)		Dados mensais e anuais (US$ milhões)										
			Balança Comercial			Balanço de Pagamentos (BPM6)*							
	R$/US$[2]	Efetiva[2]	Total de Exportação	Total de Importação	Saldo	Transações Correntes (Saldo)	Balança Comercial e Serviços	Serviços	Renda Primária	Renda Secundária	Conta Capital	Conta Financeira	Erros e Omissões
Código FGV Dados	1003592	1003597	98585	98593	98577	1428412	1428438	1428415	1428439	1428440	1428427	1428430	1428441
2015	70,38	62,59	186.784	173.104	13.680	-54.789	-19.605	-37.050	-37.935	2.751	461	-56.647	-2.319
2016	65,62	55,79	179.526	139.322	40.203	-24.475	13.942	-30.602	-41.543	3.126	274	-16.093	8.109
2017	62,22	53,59	214.988	158.952	56.038	-22.033	19.001	-38.324	-43.170	2.135	379	-17.075	4.579
2018	68,72	58,15	231.890	185.322	46.568	-51.457	7.382	-35.990	-58.824	-15	440	-52.339	-1.322
2019	69,77	55,03	221.128	185.927	35.200	-65.030	-8.942	-35.489	-57.272	1.184	369	-64.357	304
2020													
Jan.	70,58	56,69	14.430	17.190	-2.760	-10.920	-5.846	-2.224	-5.200	127	59	-11.057	-196
Fev.	73,34	58,14	15.356	13.849	1.507	-4.914	-1.713	-2.430	-3.379	178	34	-2.775	2.105
Mar.	80,18	63,15	18.312	14.267	4.046	-3.311	178	-1.913	-3.660	171	31	-4.339	-1.059
Abr.	83,45	65,93	17.594	11.431	6.163	2.488	3.616	-1.262	-1.365	237	26	3.436	922
Mai.	89,97	68,71	17.520	10.682	6.838	685	1.481	-1.672	-1.008	212	22	2.798	2.091
Jun.	81,02	62,52	17.479	10.977	6.502	3.119	4.837	-1.041	-1.948	230	18	3.240	103
Jul.	80,28	62,64	19.416	11.815	7.601	-510	4.510	-2.027	-5.225	205	38	-1.281	-808
Ago.	80,16	63,11	17.404	11.585	5.819	1.105	3.494	-1.452	-2.678	289	26	1.870	739
Set.	75,01	59,13	18.223	13.140	5.083	-160	2.617	-1.747	-2.984	206	60	700	801
Out.	75,41	58,99	17.649	13.245	4.404	-1.152	2.008	-1.675	-3.310	150	33	-474	644
Nov.	69,89	55,18	17.345	14.857	2.488	-2.463	-88	-1.773	-2.486	111	36	-510	1.917
Dez.	66,30	53,30	18.452	15.749	2.703	-8.458	-3.665	-1.726	-5.022	229	3.758	-4.081	620
Acum. Ano/20	77,13	60,62	209.180	158.787	50.394	-24.492	11.428	-20.941	-38.264	2.344	4.141	-12.472	7.878
2021													
Jan.	67,47	57,60	14.948	15.167	-220	-8.338	-3.609	-990	-5.013	284	23	-8.487	-172
Fev.	67,08	56,29	16.375	14.539	1.836	-3.970	-1.773	-1.416	-2.487	289	21	-4.234	-284
Mar.	68,38	56,37	24.336	17.865	6.470	-5.180	-1.572	-1.058	-4.126	518	23	-5.983	-826
Abr.	66,33	54,66	26.059	16.096	9.963	4.375	7.568	-1.191	-3.394	201	9	3.954	-431
Mai.	60,61	49,94	26.201	17.665	8.536	2.501	5.744	-1.633	-3.491	248	-13	2.613	125
Jun.	58,16	47,42	28.258	17.844	10.414	2.035	5.844	-1.608	-4.044	235	20	1.402	-653
Jul.	59,59	48,50	25.509	18.129	7.380	-1.175	4.929	-1.333	-6.356	252	30	-2.535	-1.390
Ago.	60,83	49,21	27.216	19.557	7.659	318	4.098	-1.572	-3.993	213	36	-27	-381
Set.	62,73	50,78	24.376	19.975	4.401	-1.921	1.199	-1.352	-3.391	270	21	-3.061	-1.161
Out.	66,34	53,86	22.603	20.539	2.064	-4.368	-76	-1.444	-4.590	298	16	-7.335	-2.983
Nov.	67,51	54,47	20.502	21.612	-1.110	-6.389	-3.922	-1.588	-2.675	207	22	-6.408	-41
Dez.	67,69	55,42	24.432	20.419	4.013	-5.813	822	-1.927	-6.913	278	16	-3.606	2.191
Acum. Ano/21	64,39	52,88	280.815	219.407	61.406	-27.925	19.252	-17.112	-50.471	3.294	226	-33.706	-6.006
2022													
Jan.	66,10	56,70	19.791	19.816	-25	-7.970	-2.806	-1.494	-5.432	268	20	-7.934	17
Fev.	62,13	52,18	23.514	18.873	4.641	-2.367	1.796	-1.774	-4.429	265	33	-2.399	-65
Mar	59,02	43,89	29.453	21.808	7.645	-2.764	3.922	-2.188	-6.953	268	33	-3.561	-830

Notas: Para dados anuais, apresenta-se o valor acumulado no ano / [1]Para dados anuais, dá-se a média do ano. [2] Deflacionada pelo IPA; A partir da edição de out/02, a base da série passa a ser janeiro de 1999, e a cesta de moedas e seus respectivos pesos no cálculo da taxa efetiva passam a ser: euro (0,465094), dólar norte-americano (0,270294), o iene japonês (0,103379), o peso argentino (0,097698), e libra esterlina (0,063535). *Em abril de 2015, o Banco Central do Brasil passou a divulgar as estatísticas de setor externo da economia brasileira em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI).
Fontes: FGV IBRE, Banco Central e SECEX.

*Emprego e Renda - PNADc

Período	Taxas (em Pontos Percentuais)			Rendimento Médio Real Habitual (em reais)							Massa de Rendimento Médio Real Habitual de Pessoas Ocupadas (todos os trabalhos) em milhões de Reais
					Posição na Ocupação (trabalho principal)						
	Taxa de Desocupação	Nível da Ocupação	Taxa de Participação na Força de Trabalho	Pessoas Ocupadas (todos os trabalhos)	Empregado no Setor Privado com Carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	Empregado no Setor Privado sem Carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	Trabalhador Doméstico	Empregado no Setor Público (inclusive servidor estatutário e militar)	Empregador	Conta Própria	
Código FGV Dados	1416236	1428442	1428443	1428444	1428445	1428446	1428447	1428448	1428449	1428450	1428451
2019											
Jan.	12,2	55,6	63,3	2.834	2.664	1.712	1.117	4.601	6.877	2.114	257.513
Fev.	12,6	55,3	63,2	2.844	2.663	1.703	1.126	4.616	7.037	2.115	257.282
Mar.	12,8	55,2	63,4	2.832	2.680	1.675	1.129	4.602	7.002	2.084	256.060
Abr.	12,6	55,5	63,6	2.817	2.672	1.681	1.114	4.556	7.058	2.067	256.431
Mai.	12,4	55,8	63,7	2.797	2.658	1.685	1.104	4.492	6.971	2.055	256.020
Jun.	12,1	56,0	63,7	2.798	2.652	1.713	1.104	4.485	7.060	2.043	257.087
Jul.	12,0	56,1	63,7	2.791	2.651	1.744	1.104	4.462	6.923	2.048	257.083
Ago.	11,9	56,1	63,7	2.803	2.665	1.748	1.106	4.491	6.985	2.051	258.586
Set.	11,9	56,2	63,8	2.802	2.663	1.718	1.097	4.470	7.164	2.061	259.364
Out.	11,8	56,3	63,8	2.824	2.664	1.694	1.100	4.514	7.326	2.078	262.229
Nov.	11,3	56,5	63,7	2.836	2.673	1.736	1.097	4.535	7.336	2.075	264.566
Dez.	11,1	56,5	63,6	2.827	2.657	1.740	1.097	4.558	7.235	2.083	264.143
2020											
Jan.	11,4	56,2	63,4	2.834	2.660	1.762	1.098	4.551	7.283	2.096	263.795
Fev.	11,8	55,9	63,4	2.836	2.688	1.769	1.098	4.548	7.230	2.093	262.793
Mar.	12,4	55,0	62,7	2.860	2.713	1.794	1.100	4.500	7.121	2.111	260.633
Abr.	12,7	53,2	60,9	2.891	2.740	1.832	1.107	4.441	7.154	2.129	254.962
Mai.	13,1	51,1	58,8	2.939	2.763	1.908	1.116	4.453	7.218	2.133	249.251
Jun.	13,6	49,5	57,3	2.984	2.746	1.886	1.121	4.527	7.577	2.163	245.215
Jul.	14,1	48,7	56,7	3.020	2.746	1.976	1.117	4.597	7.708	2.192	244.048
Ago.	14,8	48,5	57,0	3.015	2.748	1.948	1.102	4.640	7.784	2.184	243.086
Set.	14,9	49,0	57,6	3.017	2.747	1.961	1.086	4.692	8.058	2.157	245.655
Out.	14,6	50,0	58,6	2.973	2.751	1.871	1.056	4.686	7.817	2.127	247.499
Nov.	14,4	50,8	59,3	2.942	2.737	1.833	1.042	4.636	7.741	2.111	248.647
Dez.	14,2	51,1	59,5	2.898	2.715	1.840	1.031	4.635	7.220	2.111	246.851
2021											
Jan.	14,5	51,1	59,7	2.891	2.701	1.839	1.045	4.650	7.137	2.099	246.155
Fev.	14,6	51,1	59,8	2.866	2.668	1.779	1.046	4.714	6.861	2.092	244.341
Mar.	14,9	50,9	59,8	2.874	2.664	1.814	1.045	4.650	6.948	2.168	244.468
Abr.	14,8	51,1	60,0	2.840	2.661	1.805	1.041	4.590	6.725	2.127	242.766
Mai.	14,7	51,4	60,3	2.838	2.635	1.840	1.042	4.545	6.826	2.141	244.393
Jun.	14,2	52,1	60,8	2.794	2.648	1.817	1.036	4.495	6.677	2.050	244.044
Jul.	13,7	52,8	61,2	2.769	2.624	1.809	1.021	4.445	6.737	2.083	245.384
Ago.	13,1	53,4	61,5	2.730	2.603	1.759	1.019	4.373	6.672	2.077	244.770
Set.	12,6	54,1	61,9	2.682	2.568	1.736	1.004	4.249	6.591	2.049	243.801
Out.	12,1	54,6	62,1	2.642	2.529	1.649	1.003	4.187	6.639	2.041	242.788
Nov.	11,6	55,1	62,3	2.608	2.500	1.641	996	4.144	6.517	2.028	242.249
Dez.	11,1	55,6	62,5	2.586	2.484	1.640	1.008	4.143	6.185	2.033	242.434
2022											
Jan.	11,2	55,3	62,3	2.612	2.509	1.673	1.013	4.109	6.308	2.043	244.025
Fev.	11,2	55,2	62,2	2.615	2.521	1.688	1.033	4.068	6.260	2.050	243.757
Mar.	11,1	55,2	62,1	2.625	2.541	1.687	1.039	4.075	6.303	2.056	244.875
Abr.	10,5	55,8	62,4	2.615	2.543	1.745	1.034	4.019	6.083	2.057	247.264
Mai.	9,8	56,4	62,5	2.632	2.526	1.789	1.031	4.038	5.987	2.092	251.656
Jun.	9,3	56,8	62,6	2.652	2.537	1.796	1.034	4.070	6.138	2.094	255.707

Nota: *A divulgação fornece aos usuários da pesquisa dados sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil, atualizados mensalmente através de trimestres móveis. Assim, a cada mês serão divulgadas informações referentes ao último trimestre móvel. **A partir de 30 de novembro de 2021, essas estimativas passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica deste indicador foi atualizada. Fonte: IBGE.



Tabela de correspondência dos índices econômicos que eram publicados na revista Conjuntura Econômica até a edição de setembro de 2021

As séries que eram publicadas na revista Conjuntura Econômica estão reunidas na modalidade de acesso Standard do banco de dados FGV DADOS.

SIMG – Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais – Gestão de Produtos

Contato: ibre@fgv.br

Tabela de correspondência dos índices econômicos que eram publicados na revista Conjuntura Econômica para o banco de dados FGV DADOS

As séries em verde podem ser consultadas gratuitamente no site do FGV DADOS

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
1	II	Índice Geral de Preços - Oferta Global - IGP-OG	161392
2	II	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI	161384
3	II	IPA- Origem - OG- DI- Total	1420484
4	II	IPA-EP-DI - Todos os itens	1416651
6	II	INCC-DI - Total - Média Geral	160868
7	II	Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M	200045
8	II	IGP-10	209425
9	II	IPA- Origem - OG-DI- Produtos Agropecuários	1420485
10	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais	1420515
11	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa	1420516
12	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação	1420532
13	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Agropecuários - Lavouras Temporárias	1420487
14	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Agropecuários - Lavouras Permanentes	1420500
15	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Agropecuários - Pecuária	1420509
16	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa - Carvão Mineral	1420517
17	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa - Minerais Metálicos	1420520
18	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa - Minerais não Metálicos	1420526
19A	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação -Prod. Alimentícios	1420533
19B	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Bebidas	1420589
20	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Fumo Processado e Produtos do Fumo	1420599
21	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Têxteis	1420604
22	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Artigos do Vestuário	1420618
23	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Couros e Calçados	1420630
24	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos de Madeira	1420643
25	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Celulose, Papel e Prod. Papel	1420653
26	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Prod. Deriv. do Petróleo e Álcool	1420669
27A	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Químicos	1420683
27B	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Farmacêuticos	1420737
28	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação – Artigos de Borracha e Material Plástico	1420741
29	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos de Minerais Não-Metálicos	1420763
30	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Metalurgia Básica	1420787
31	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos de Metal	1420817
32	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Máquinas e Equipamentos	1420877
33	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Equipamentos de Informática	1420835
34	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	1420955
36	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Veículos Automotores, Reboques, Carroceria, Autopeças	1420909
37	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Outros Equipamentos de Transporte	1420929
38	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Móveis e Artigos do Mobiliário	1420934

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
5	III	IPC/BR-DI – Brasil – DI	1431264
1	III	IPC/BR-DI Alimentação	1431265
1A	III	IPC/BR-DI Gêneros alimentícios	1431266
1B	III	IPC/BR-DI Alimentação fora	1431414
2	III	IPC/BR-DI Habitação	1431428
2A	III	IPC/BR-DI Aluguel e encargos	1431429
2B	III	IPC/BR-DI Serviços públicos de residência	1431433
2C	III	IPC/BR-DI Mobiliário	1431439
2D	III	IPC/BR-DI Roupas de cama, mesa e banho	1431444
2E	III	IPC/BR-DI Eletrodomésticos e equipamentos	1431477
2EA	III	IPC/BR-DI Eletrodomésticos	1431448
2EB	III	IPC/BR-DI Equipamentos eletrônicos	1431455
2F	III	IPC/BR-DI Utensílios diversos	1431460
2G	III	IPC/BR-DI Artigos de conservação e reparo	1431468
2GA	III	IPC/BR-DI Material para limpeza	1431469
2GC	III	IPC/BR-DI Material hidráulico	1431477
2GD	IV	IPC/BR-DI Material elétrico	1431479
2H	IV	IPC/BR-DI Serviços de residência	1431484
3	IV	IPC/BR-DI Vestuário	1431492
3A	IV	IPC/BR-DI Roupas	1431493
3B	IV	IPC/BR-DI Calçados	1431515
3C	IV	IPC/BR-DI Acessórios do vestuário	1431525
3E	IV	IPC/BR-DI Serviços do vestuário	1431534
4	IV	IPC/BR-DI Saúde e cuidados pessoais	1431537
4A	IV	IPC/BR-DI Serviços de saúde	1431538
4AA	IV	IPC/BR-DI Hospitais e laboratórios	1431539
4AB	IV	IPC/BR-DI Médico, dentista e outros	1431543
4B	IV	IPC/BR-DI Produtos médico-odontológicos	1431549
4BA	IV	IPC/BR-DI Medicamentos em geral	1431550
4BB	IV	IPC/BR-DI Aparelhos médico-odontológicos	1431563
4C	IV	IPC/BR-DI Cuidados pessoais	1431566
5	IV	IPC/BR-DI Educação, leitura e recreação	1431582
5A	IV	IPC/BR-DI Educação	1431583
5AA	IV	IPC/BR-DI Cursos formais	1431584
5AB	IV	IPC/BR-DI Cursos não formais	1431592
5AC	IV	IPC/BR-DI Material escolar e livros em geral	1431596
5B	IV	IPC/BR-DI Leitura	1431600
5C	IV	IPC/BR-DI Recreação	1431604
6	IV	IPC/BR-DI Transportes	1431623
6A	IV	IPC/BR-DI Transporte público	1431624

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
6B	IV	IPC/BR-DI Transporte próprio	1431636
6BA	IV	IPC/BR-DI Veículos	1431637
6BB	IV	IPC/BR-DI Peças e acessórios	1431641
6BC	IV	IPC/BR-DI Combustíveis e lubrificantes	1431644
6BD	IV	IPC/BR-DI Serviços de oficina	1431650
7	IV	IPC/BR-DI Despesas diversas	1431659
7A	IV	IPC/BR-DI Fumo	1431660
7B	IV	IPC/BR-DI Outras despesas diversas	1431663
7C	IV	IPC/BR-DI Comunicação	1431678
8	V	IPC/RJ-DI – Rio de Janeiro - DI	1439877
8A	V	IPC/RJ-DI Alimentação	1439878
8B	V	IPC/RJ-DI Habitação	1440004
8C	V	IPC/RJ-DI Vestuário	1440062
8D	V	IPC/RJ-DI Saúde e cuidados pessoais	1440095
8E	V	IPC/RJ-DI Educação, leitura e recreação	1440140
8F	V	IPC/RJ-DI Transportes	1440178
8G	V	IPC/RJ-DI Despesas diversas	1440211
8H	V	IPC/RJ-DI Comunicação	1440228
9	V	IPC/SP-DI – São Paulo – DI	1444108
9A	V	IPC/SP-DI Alimentação	1440109
9B	V	IPC/SP-DI Habitação	1444241
9C	V	IPC/SP-DI Vestuário	1444298
9D	V	IPC/SP-DI Saúde e cuidados pessoais	1444331
9E	V	IPC/SP-DI Educação, leitura e recreação	1444376
9F	V	IPC/SP-DI Transportes	1444413
9G	V	IPC/SP-DI Despesas diversas	1444447
9H	V	IPC/SP-DI Comunicação	1444466
11	V	IPC/MG-DI – Belo Horizonte – DI	1435763
12	V	IPC/DF-DI – Brasília – DI	1433720
17	V	IPC/RS-DI – Porto Alegre – DI	1442121
18	V	IPC/PE-DI – Recife – DI	1437797
19	V	IPC/BA-DI – Salvador – DI	1429061
6	VI	INCC-DI – Total – Média Geral	160868
1	VI	INCC-DI – Mão de Obra	160906
2	VI	INCC-DI – Materiais, Equipamentos e Serviços	160914
3	VI	INCC-DI – H1 – 1 e 2 Pavimentos	160876
4	VI	INCC-DI – H4 – 3, 4, 5 e 6 Pavimentos	160884
5	VI	INCC-DI – H12 – 10 e Mais Pavimentos	160892
35	VI	Índice de Custo de Edificações	159428
6	VI	ICC-RJ – Média Mensal	159363

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
7	VI	ICC-RJ – H1 – 1 e 2 Pavimentos	159371
8	VI	ICC-RJ – H4 – 3, 4, 5 e 6 Pavimentos	159381
9	VI	ICC-RJ – H12 – 10 e Mais Pavimentos	159398
10	VI	ICC-RJ – Mão de Obra	159401
11	VI	ICC-RJ – Materiais, Equipamentos e Serviços	159411
15	VI	ICC – Belo Horizonte – Total	160957
16	VI	ICC – Belo Horizonte – Materiais, Equipamentos e Serviços	160965
17	VI	ICC – Belo Horizonte – Mão-de-Obra	160973
18	VI	ICC – Brasília – Total	160981
19	VI	ICC – Brasília – Materiais, Equipamentos e Serviços	160991
20	VI	ICC – Brasília – Mão-de-Obra	161007
36	VI	ICC – Porto Alegre – Total	161252
37	VI	ICC – Porto Alegre – Materiais, Equipamentos e Serviços	161260
38	VI	ICC – Porto Alegre – Mão de Obra	161279
48	VI	ICC – Recife – Total	161287
49	VI	ICC – Recife – Materiais, Equipamentos e Serviços	161295
50	VI	ICC – Recife – Mão de Obra	161309
51	VI	ICC – Salvador – Total	161317
52	VI	ICC – Salvador - Materiais, Equipamentos e Serviços	161325
53	VI	ICC – Salvador - Mão de Obra	161333
54	VI	ICC – São Paulo - Total	161341
55	VI	ICC – São Paulo - Materiais, Equipamentos e Serviços	161351
56	VI	ICC – São Paulo - Mão de Obra	161368
47A	VII	INCC por estágios - DI - Todos os Itens	1004888
48A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais, Equipamentos e Serviços	1006972
49A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais e Equipamentos	1004889
50A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais para Estrutura	1004896
51A	VII	INCC por estágios - DI - Material Metálico	1004899
52A	VII	INCC por estágios - DI - Material de Madeira	1004900
53A	VII	INCC por estágios - DI - Material à base de minerais não metálicos	1004901
54A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais para Instalação	1004897
55A	VII	INCC por estágios - DI - Instalação Hidráulica	1004903
56A	VII	INCC por estágios - DI - Instalação Elétrica	1004904
57A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais para Acabamento	1004898
58A	VII	INCC por estágios - DI - Produtos Químicos	1006987
59A	VII	INCC por estágios - DI - Revestimentos, Louças e Pisos	1004905
60A	VII	INCC por estágios - DI - Esquadrias e Ferragens	1004906
61A	VII	INCC por estágios - DI - Material para Pintura	1004907
62A	VII	INCC por estágios - DI - Madeira para Acabamento	1004909
63A	VII	INCC por estágios - DI - Pedras Ornamentais para Construção	1006990

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC	
64A	VII	INCC por estágios - DI - Equipamentos para Transporte de Pessoas	1006993
65A	VII	INCC por estágios - DI - Serviços	1004890
66A	VII	INCC por estágios - DI - Aluguéis e Taxas	1004910
67A	VII	INCC por estágios - DI - Serviços Pessoais	1004911
68A	VII	INCC por estágios - DI - Serviços Técnicos	1006996
69A	VII	INCC por estágios - DI - Mão de Obra	1004894
70A	VII	INCC por estágios - DI - Auxiliar	1004912
71A	VII	INCC por estágios - DI - Técnico	1004913
72A	VII	INCC por estágios - DI - Especializado	1004914

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
		Índices de Obras Públicas (Parceria do FGV IBRE e DNIT)	
36	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Obras de Artes Especiais	157964
37	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Pavimentação	157972
38	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Terraplenagem	157956
39	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Consultoria (Supervisão e Projetos)	157980
39A	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Drenagem	1002385
39B	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Sinalização Horizontal	1002386
39C	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	1002387
39D	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Conservação Rodoviária	1002388
39E	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Ligantes Betuminosos	1002389
40	VIII	Índice de Obras Portuárias - Estruturas e Obras em Concreto Armado	159665
41	VIII	Índice de Obras Portuárias - Estruturas e Fundações Metálicas	159673
42	VIII	Índice de Obras Portuárias - Dragagem	159681
43	VIII	Índice de Obras Portuárias - Enrocamento	159691
44	VIII	Índice de Obras Portuárias - Redes de Energia Elétrica e Sinalização Ferroviária	159703
45	VIII	Índice de Obras Portuárias - Linhas Férreas	159711
46	VIII	Índice de Obras Portuárias - Obras Complementares	159721

Observações: Os indicadores são divulgados em números índices. A Coluna era a forma de identificação dos índices na revista. No FGV Dados esses índices têm um código numérico associado.

As séries que eram publicadas na Revista Conjuntura Econômica estão reunidas na modalidade de acesso Standard do banco de dados FGV Dados;

Fonte: FGV IBRE - SIMG - Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais - Gestão de Produtos

Contato: ibre@fgv.br

CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV IBRE

BIBLIOTECA VIRTUAL

São 130 mil páginas escritas pelos maiores especialistas de cada época, com a visão técnica e analítica do momento. Cada palavra foi indexada - inclusive pelos mecanismos de busca - para que você encontre, em segundos, o que pesquisa, via desktop e mobile.

- JUSCELINO KUBITSCHEK: 50 anos em 5?
- O MILAGRE ECONÔMICO: Conheça sua evolução.
- HIPERINFLAÇÃO: 100% ao mês? Como sobrevivemos? O que deu certo e o que deu errado? Como chegamos a ela? Como saímos dela?
- PRIVATIZAÇÃO DA TELECOMUNICAÇÃO: O que mudou?
- LICITAÇÕES DO PETRÓLEO: Como foram na época? O que podemos inferir para as atuais?
- BREXIT: Impactos na estabilidade da União Européia?

ESTÁ TUDO AQUI. SÃO MAIS DE 12 MIL ACESSOS POR MÊS. VISITE, PESQUISE E TENHA UMA NOVA VISÃO DO PASSADO.

ACESSE AGORA E PESQUISE EM TODO O CONTEÚDO DA REVISTA.

fgv.br/ibre/bibliotecavirtual

Selecione pontualmente ou pesquise em todas as 7 décadas de uma só vez.



VOCÊ PODE TER ESTES RECURSOS EM SEUS DOCUMENTOS!

Acesse agora www.docpro.com.br e veja como é simples e rápido encontrar a informação que precisa, dentro dos seus documentos. A gestão do conhecimento Docpro é eficaz tanto para impressos (atas,relatórios, contratos, revistas, etc) bem como para materiais digitais (doc, pdf, fotos, WhatsApp, planilhas, etc). Acessível para consulta no computador, tablet ou smartphone.

Tecnologia: docpro.com.br

tecnologiadocpro

3A BRASIL



SEJA O PRINCIPAL RESULTADO PARA O QUE O MERCADO BUSCA.

- 4 modalidades de referência no mercado, com a flexibilidade e a qualidade FGV.
- MBA FGV Presencial, MBA FGV Online, MBA FGV Live e MBA FGV Blended.

Você busca o melhor. Você encontra FGV.

SAIBA MAIS E INSCREVA-SE

fgv.br/mba

MBA FGV

É MAIS QUE MBA. É FGV.